



Interreg
Espana - Portugal
Fondo Europeo de Desarrollo Regional



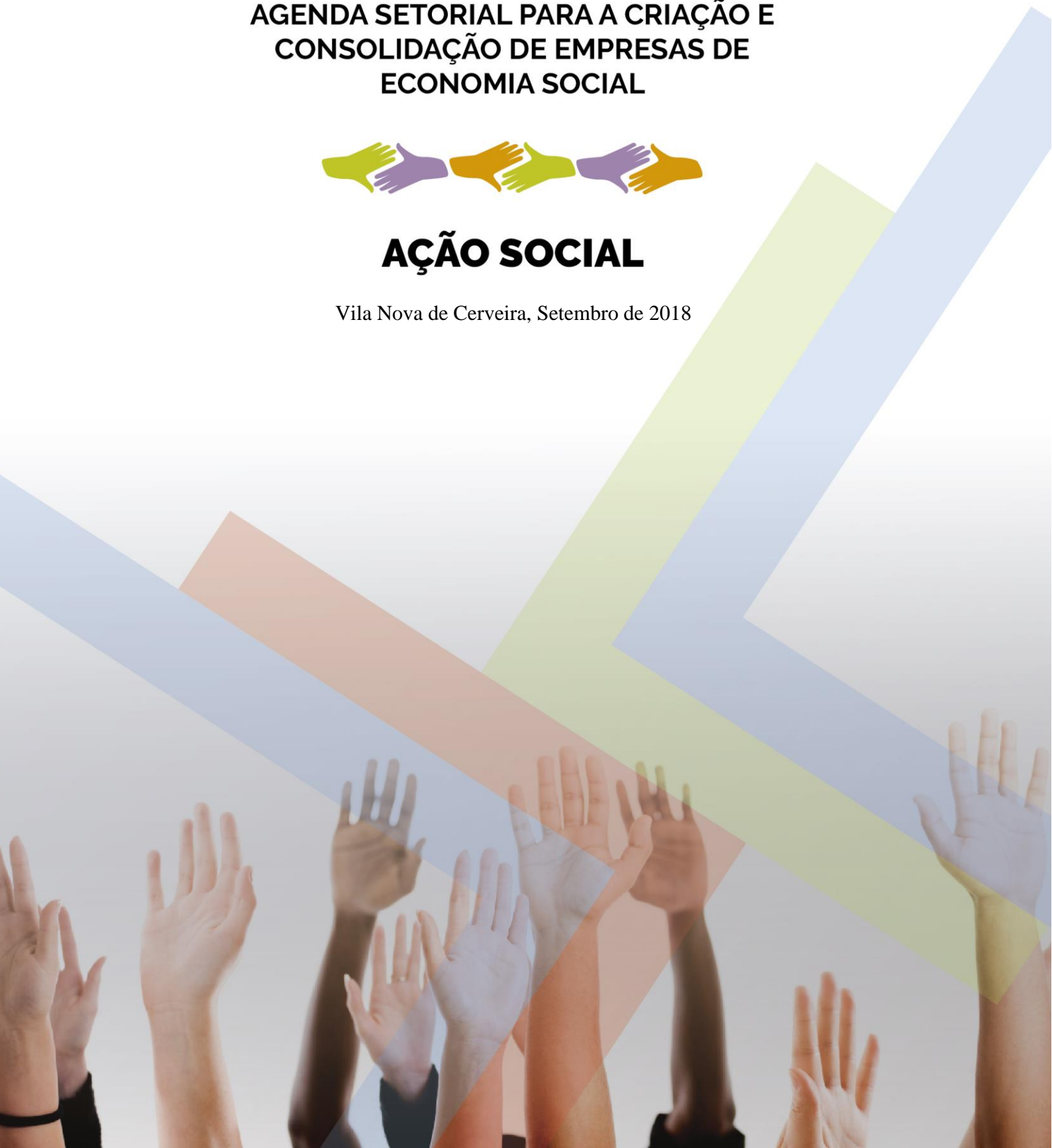
LACES
Laboratorios de apoyo a la creación
de empleo y empresas de
economía social

AGENDA SETORIAL PARA A CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE EMPRESAS DE ECONOMIA SOCIAL



AÇÃO SOCIAL

Vila Nova de Cerveira, Setembro de 2018





Índice

1	Preâmbulo	3
2	Enquadramento do tema: O projeto LACES	5
2.1	As Agendas Setoriais na Criação e Consolidação de Empresas de Economia Social	6
3	Contextualização do trabalho: Radiografia da economia social na Euro-região Galiza-Norte de Portugal	7
3.1	Na Galiza	8
3.2	Norte de Portugal	13
4	Análise do setor da Ação Social na Euro-região Galiza-Norte de Portugal	29
4.1	O conceito de Ação Social	29
4.2	Identificação de tendências e políticas no setor da Ação Social (como a economia social tem impulsionado uma Ação Social mais efetiva na Euro-região Galiza-Norte de Portugal)	33
4.2.1	Casos de sucesso no setor da Ação Social na Euro-região Galiza-Norte de Portugal	33
4.2.2	No âmbito do apoio à Natalidade/Fecundidade, à Infância e à Família	33
4.2.3	No âmbito do apoio à Terceira Idade e ao Envelhecimento Ativo e Vida Saudável	35
4.2.4	No âmbito do apoio às pessoas portadoras de algum tipo de Demência	37
4.2.5	No âmbito do apoio às vítimas de Violência Doméstica	38
4.2.6	No âmbito do apoio às vítimas da Toxicodependência	38
4.2.7	No âmbito do apoio às vítimas do Alcoolismo	39
4.2.8	No âmbito do apoio à Emigração e à Imigração	40
4.2.9	No âmbito do apoio às Vítimas de Xenofobia e de Racismo	41
4.2.10	No âmbito do combate à Pobreza	42
4.2.11	Outros casos de boas práticas	42

5 Análise do potencial do setor da Ação Social para a criação de empresas de economia social 44

5.1 Identificação de (outras) oportunidades de negócio na economia social 44

5.1.1 Visão da agenda 44

5.1.2 Objetivos da agenda 44

5.1.3 Objetivos estratégicos e objetivos operacionais 45

5.2 Plano de ação para impulsionar, de forma efetiva, a criação de mais empresas e de mais emprego no setor da ação social na Euro-região Galiza-Norte de Portugal 55

7 Considerações Finais 59

9 Bibliografia 62

CAPÍTULO 1



Preâmbulo



1 Preâmbulo

Os fundos estruturais, provenientes dos agregados Fundos Sociais Europeus, contêm na sua génese um conjunto sistemático de problemáticas tecnocientíficas que, por vezes, e devido à burocracia existente em torno dos seus processos, nos pode levar a esquecer sob que princípios foram fundados. Os princípios esperança e responsabilidade estão na sua base.

A esse respeito, e porque estes instrumentos tecno-financeiros encerram este tal poder dissimulado de fazer esquecer os seus princípios, importa aqui relembrar um homem, que já não mora entre nós, mas que tinha uma enorme inteligência e uma leitura perfeita da relação intrínseca entre o desenvolvimento humano, o desenvolvimento científico e o desenvolvimento técnico. Foi ele Hermínio Martins.

Numa das suas últimas obras, este sociólogo discorreu sobre os experimentos humanos (*Experimentum Humanum*), precisamente salientando a tríade tecnologia-modernidade-política. A aplicação de fundos a medidas estruturais e absolutamente necessárias para o desenvolvimento humano não deixa de ser um enorme *experimentum humanum*. Mas nessa obra, mais concretamente, o autor lembra-nos de duas perspetivas sobre o desenvolvimento humano na sua relação triádica, opondo os prometeicos aos fáusticos. Os prometeicos, tendo na base a perspetiva de Saint-Simon, afiançavam que com as suas ciências, técnicas e instrumentos, providenciariam o bem humano; os Fáusticos, tendo como último grande representante Martin Heidegger, resistiam a essa ideia e evidenciavam o perigo da técnica pela técnica. Ora, para Hermínio Martins, este confronto estaria a caminho de uma ação social (científica e popular) tendo por base três grandes princípios geradores de três grandes mentalidades: o ser da esperança, o ser da responsabilidade e o ser do desespero. Os dois primeiros porque a tríade tecnologia-modernidade-política tenderia a fomentar alguém mais coerente, responsável e otimista; o do desespero seria a colateralidade do equilíbrio humano, contribuindo para a limitação dos pendores excessivamente otimistas (Martins, 2011).

Ora, é precisamente isto que uma ação social deste género pretende atingir: gerar o princípio-esperança e estar revestida do princípio-responsabilidade, isto para atingir outros dois princípios: princípio-justiça e princípio-solidariedade. Neste caso, justiça e solidariedade sociais.

Este projeto, LACES – Laboratórios de Apoio à Criação de Emprego e Empresas de Economia Social – está portanto imbuído, desde a sua génese, deste espírito. Faltava agora fazer com que a sua ação social concreta cumpra tais desígnios. Foi pelo menos este o sentido que pretendemos conferir na elaboração desta agenda da ação social.

CAPÍTULO 2



**Enquadramento do Tema:
O Projeto LACES**



2 Enquadramento do tema: O projeto LACES

O projeto denominado de LACES – Laboratórios de Apoio à Criação de Emprego e Empresas de Economia Social – aprovado pelo Programa Interreg V-A Espanha-Portugal 2014-2020 (POCTEP), visa contribuir para o fomento e consolidação da Economia Social na Euro Região Galiza – Norte de Portugal, de modo a gerar e consolidar emprego, através da execução de programas piloto para a competitividade e impulso das empresas da Economia Social no espaço transfronteiriço, quer em zonas urbanas, quer em zonas rurais com um índice de despovoamento cada vez maior, e, assim, agir como uma fonte de conhecimento e inovação para alcançar estratégias de modernização e promoção no domínio da economia solidária e colaborativa.

Este projeto é liderado pela Secretaría Xeral de Emprego da Xunta da Galicia e resulta de uma parceria entre esta entidade, a ACIBTM / In.Cubo, a UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Tecminho – Associação da Universidade do Minho para apoiar o empreendedorismo, a AGACA – Asociación Galega de Cooperativas Agrarias, AESGAL – Asociación Empresarial de Sociedades Laborales de Galicia, o ESPAZO COOP – Unión de cooperativas galegas e a USC – Universidad de Santiago de Compostela.

Prevendo a realização de um conjunto alargado de serviços agrupados em quatro laboratórios-piloto orientados para a implementação de novas estratégias de promoção e apoio à economia social em setores emergentes e para a modernização dos mais tradicionais, este projeto divide-se em:

Laboratório I - Identificação de oportunidades de negócio

- Unidade de identificação de oportunidades de negócio em economia social vinculadas aos setores emergentes ou à exploração de recursos endógenos no espaço transfronteiriço, incluindo o setor primário;
- Redação de agendas setoriais para incentivar a criação e a consolidação de empresas de economia social em setores emergentes;
- Unidade de recursos interativos para o desenho e maturação de oportunidades de negócio.

Laboratório II - Criatividade e comunicação em economia social

- Mostra de ideias empresariais em economia social;
- Fóruns de economia social;
- Rede digital de economia social (economia social net).

Laboratório III - Criação e consolidação de empresas de economia social

- Incubadora de projetos da economia social;
- Criação de espaços de empreendedorismo POP UP;
- Programa de apoio a empresas “Transforma-te e Cresce”;
- Vale de serviços a empresas da economia social.

Laboratório IV - Reforço e melhoria da capacitação de recursos humanos

- Programa de mobilidade “residências transfronteiriças “ para quadros de empresas da economia social;
- Bolsas de gestão transfronteiriças;
- Academia de talento da economia social.

2.1 As Agendas Setoriais na Criação e Consolidação de Empresas de Economia Social

Enquadrado no laboratório prospetivo em economia social e na identificação de oportunidades ligadas a setores emergentes ou à exploração de recursos endógenos do espaço transfronteiriço, incluindo o setor primário, a elaboração de agendas setoriais é incentivada a promover a criação e consolidação de empresas de economia social nos seguintes setores emergentes e alinhados com a Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3). A saber:

Figura 1: Agendas Setoriais

Agendas Setoriais na Criação e Consolidação de Empresas de Economia Social
Turismo: modernização das indústrias turísticas
Oportunidades relacionadas ao setor criativo e cultural: modernização das indústrias criativas
Atividades de valorização ambiental e ambiental (Utilização de energia a partir de biomassa)
Setor para o atendimento de pessoas dependentes. Envelhecimento ativo e vida saudável.
Modernização do setor primário
Indústria 4.0: Modernização do setor industrial como melhoria na competitividade
Oportunidades de negócios associadas ao setor de TIC
Indústria agroalimentar e biotecnológica

CAPÍTULO 3



**Contextualização do trabalho:
Radiografia da economia social na
Euro-região Galiza-Norte de Portugal**



3 Contextualização do trabalho: Radiografia da economia social na Euro-região Galiza-Norte de Portugal

Independentemente das diferenças quanto ao sector, à natureza, à missão, à dimensão, ao modelo de gestão ou ao objeto, as organizações que compõem a Economia Social estão revestidas por duas dimensões fundamentais: a dimensão do indivíduo e a dimensão das relações sociais existentes na contingência dos contextos. Devem por isso convergir nos seguintes aspetos: no respeito pela dimensão humana; no combate à exclusão social; na vontade de promover espaços de realização individual; na existência de uma visão democrática e participada da organização; na adoção de uma visão da missão organizacional capaz de se adaptar ao tecido social em causa (sem reduzir a sua ação às questões meramente económicas); ter autonomia de gestão; dar primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital; assumir responsabilidade, individual e coletiva; e desenvolver capital social (Cases, 2011). Não muito longe de uma perspetiva pós-moderna adotada por Bruno Latour (2006), quando nos propôs «redefinir o social» partindo da ideia de que todos os elementos constituintes da atividade humana e natural fariam parte de uma imensa rede de ligação entre atores e atuantes, o conceito de Economia Social aparece também revestido por uma ampla visão holística, estimulando assim um largo e aceso debate abrangente, quer nos meios académicos quer envolvendo a sociedade no seu todo (Mourão, 2015).

Todavia, e seguindo as linhas mais tradicionais que estão presentes nos vários estudos de âmbito europeu (Cattani et al., 2009), incluem-se nestas organizações e associações atividades que vão desde o «terceiro setor» até ao «setor voluntário», passando pelos setores «não lucrativo», «filantrópico» ou no das «ONG's» (Organizações Não-Governamentais) (Namorado, 2004; Miranda e Mourão, 2013).

Não sendo este documento o local para estender essa discussão – que nos levaria por certo a uma sociologia de um social muito mais alargado – conviria desde logo revelar como a Economia Social é uma realidade que tem vindo a ganhar uma definição crescente, quer junto dos reguladores nacionais quer comunitários (Vecchiato e Vignola, 2017). Aliás, tem sido crescente o conjunto de métodos e técnicas de recolha e desenvolvimento de estatísticas no sentido de criar instrumentos de medição desta economia e sociologia, de modo a mapear o real valor associado e verdadeiros os efeitos provocados nos restantes setores da economia e do comportamento social.

De um modo muito sintético, e para já com objetivos apenas enquadradores, podemos sistematizar as organizações intervenientes no contexto da Economia Social dos Estados Europeus dentro de cinco critérios fundamentais ao nível de:

- i) modo de organização permanente;
- ii) relação privada com o Estado;
- iii) característica de não-lucro;
- iv) capacidade de autogestão;
- v) ao nível do seu carácter voluntário (Miranda, 2013).

Vejamos, por isso, a distribuição destes cinco critérios pelas áreas de atividade no cômputo geral e reparemos no peso da ação e segurança social no que concerne ao âmbito alargado da economia social:

Figura 2: Distribuição da Economia Social por áreas de atuação

	Número de entidades	Emprego Total	Emprego Remunerado no Setor	VAB
1. Agricultura, Silvicultura e Pescas	0,71%	0,42%	0,39%	0,21%
2. Atividades de Transformação	0,58%	1,92%	1,89%	2,43%
3. Comércio, Consumo e Serviços	1,31%	2,87%	2,83%	1,43%
4. Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	4,77%	2,11%	2,03%	0,83%
5. Atividades Financeiras	0,21%	3,78%	3,82%	15,62%
6. Ensino e Investigação	4,07%	10,76%	10,72%	14,55%
7. Saúde e Bem-Estar	1,49%	3,59%	3,61%	3,47%
8. Ação e Segurança Social	15,57%	54,37%	54,64%	44,67%
9. Cultura, Desporto e Recreio	50,73%	6,37%	6,30%	4,92%
10. Cultos e Congregações	13,69%	9,19%	9,25%	8,23%
11. Organizações Profissionais, Sindicais e Políticas	4,81%	4,24%	4,16%	3,16%
12. Não Especificadas	2,06%	0,39%	0,36%	0,48%
TOTAL da E.S. em Portugal	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Base do INE/CASES (2013)

3.1 Na Galiza

Ora, de um modo análogo ao de Portugal, na Galiza a ação social é o subsector mais representativo da sua economia social. No geral, este foi um dos subsectores, bem como o próprio setor geral da economia social, que melhor resistiu à época de crise. Até mesmo o crescimento não afrouxou com a recuperação. A economia social continuou (e ainda

continua) a mostrar sinais de força, fechando em 2017 o ano com 1.308 cooperativas ativas, 3,2% a mais do que no final de 2015, de acordo com dados do Ministério da Economia e Indústria. De modo ascendente desde o ano de 2009, no setor da economia social galega foram criados, em 2016, cerca de 51 novos projetos cooperativos, totalizando 2.017 membros. Novas adições em um setor que atualmente emprega mais de cem mil galegos, entre parceiros (cerca de 90.000, o que implica que uma em cada doze famílias da comunidade possui um membro cooperativo entre seus membros) e empregos (mais de 10.000 postos de trabalho) (La Voz de Galicia, 2017/03/12).

A prova de que a economia social foi um refúgio para o emprego durante a recessão na Galiza é que, das 178 cooperativas criadas nos últimos seis anos, 161 são empresas trabalhadoras associadas, uma fórmula que se tornou uma porta de entrada para o mercado de trabalho quando o auto emprego era quase a única forma de gerar ocupação profissional. Isto não é, de todo, o mesmo que se passou com as cooperativas agrícolas. Estas perderam peso, agravadas pela crise de rentabilidade em certas atividades agrícolas e pecuárias. De facto, o número de empresas desse tipo não só não cresceu, com foi reduzindo em apenas quatro anos, passado de 354 cooperativas para as atuais 343. A tendência está aqui mais em direção à concentração. Isso é demonstrado por iniciativas como a “Clun”, o novo grupo de laticínios surgido pela recente fusão de Melisanto, Feiraco e Os Irmandiños. Uma entidade que possui 3.600 membros (400 mais do que outro gigante, Coren) e controla 15% do mercado do leite galego (La Voz de Galicia, 2017/03/12).

Mas a economia social é muito mais do que o cooperativismo, uma vez que inclui outras fórmulas associativas, como empresas de inserção, centros de emprego especiais, sociedades agrárias de transformação, irmandades de pescadores ou comunidades florestais, entre outros. No total, mais de sete mil entidades que empregam 320 mil pessoas. Para promover a sua expansão, a Xunta de Galicia lançou iniciativas como laboratórios cooperativos em áreas rurais. Seis oficinas voltadas para os desempregados (com preferência por grupos com mais dificuldades em encontrar trabalho, como menores de 30 anos, deficientes, famílias com todos os seus desempregados e mulheres) em que 120 alunos serão orientados e aconselhados para o arranque de novos negócios no campo da economia social. Cada laboratório será focado nas atividades com mais peso no tecido produtivo da área para identificar novas oportunidades de negócios. Com um investimento de meio milhão de euros,

a ideia é que as cooperativas que são criadas no final do processo, pelo menos uma por laboratório, se possam qualificar para apoio público à sua constituição. O objetivo é duplo: aumentar a economia nas áreas rurais da comunidade e, como resultado, estabelecer a população. Nos últimos seis anos, foram criadas 178 cooperativas, 90% delas associadas (La Voz de Galicia, 2017/03/12).

O contributo das cooperativas tem sido fundamental para a economia galega. E, de acordo com os últimos estudos da Xunta de Galicia, aquelas juntas faturaram 2,460 milhões em 2013, o último dos quais os dados foram coletados, com uma média de 5,08 milhões por entidade. Eles são 30% mais do que as receitas registadas em 2005, um valor que aumentará ainda mais nos últimos anos, devido à reativação do consumo. Embora represente 4,5% do PIB galego, o número ainda é modesto quando comparado aos registos de toda a Espanha, onde a economia social já representa um em cada dez euros produzidos no país. Embora não seja um modelo novo e, apesar de ter uma presença importante em certos setores de atividade, como no setor primário, a contribuição económica das cooperativas tem sido tradicionalmente subestimada, de acordo com a própria Organização Internacional do Trabalho, que nos seus relatórios estima que esta fórmula comercial garante um modo de vida para a metade da população mundial e também é responsável pela metade da produção agrícola. De acordo com esta agência da ONU, as cooperativas geram 100 milhões de empregos em todo o mundo (La Voz de Galicia, 2017/03/12).

Mas nem sempre foi assim, ou seja, nem sempre a economia social na Galiza havia tido esta dimensão e impacto. Havia pioneiros, pessoas com convicção e intuição criando diferentes projetos que pouco a pouco formaram o lugar onde muitos outros eram apoiados, mas não como hoje. Hoje em dia, a economia social está viva e procura por suas próprias soluções, condicionadas pela realidade económica, a legislação rígida ou as necessidades vitais das pessoas que dirigem cada iniciativa. Portanto, concentrar-nos-emos em iniciativas que se destacam para a busca de objetivos sociais além dos objetivos económicos e sua vocação coletiva e aberta.

Por exemplo, dentro da ação social, a economia social representa uma forma de entender a economia que não tem barreiras, pelo que também há projetos em outras áreas menos comuns ou esperadas, como no campo das consultorias com Xeira, Promove ou Cidadania, todas as cooperativas de trabalhadores ou em O Escopo das Agências, nas quais podemos

encontrar projetos como En Comunes Proyectos, Xedega e Étikas. E já no campo da igualdade e dos serviços sociais, coexistem também projetos como Mulheres Coleccionáveis, Regeneração ou Rede de Solidariedade Popular de Vigo (com um projeto a ser criado em A Coruña). Felizmente existem redes que agrupam todos esses grupos. Espacio Coop, Reas Galicia e Rede SAL são encarregados de otimizar a visibilidade, a interlocução com a administração e outros empregos que dão mais força à economia social no país. O trabalho a seguir é muito grande, a quantidade e diversidade de iniciativas convida o otimismo, a maioria deles projetos de consolidação que necessitarão de um impulso significativo para fortalecer e manter os valores de uma economia para as pessoas mais próximas da sociedade (El Salto Galiza, 29/10/2017).

Neste sentido, importa também salientar os problemas demográficos que a Galiza atravessa, problemas esses que se interpenetram com novas e constantes necessidades de inovação social. Na Galiza, de acordo com as estatísticas oficiais da população do Instituto Gallego de Estatística, em 2012 Havia 2.781.498 habitantes, dos quais 1.438.170 eram mulheres (51,7%) e 1.343.328 eram homens (48,3%) (Instituto Gallego de Estatística, 2012). A nível territorial, a distribuição da população é a seguinte:

Figura 3: Distribuição da População

	Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra	Galiza
Homens (nº)	550.009	169.536	159.175	464.608	1.343.328
Mulheres (nº)	593.902	179.366	171.082	493.820	1.438.170
Total (nº)	1.143.911	348.902	330.257	958.428	2.781.498

Fonte: Instituto Gallego de Estatística, 2012.

Tendo em conta a distribuição da população por faixa etária e sexo, as figuras da população são as seguintes:

Figura 4: Distribuição da população por faixa etária

Galiza	Homens	Mulheres	Total
Total	1.343.328	1.438.170	2.781.498
0-4	57.798	53.917	111.715
5-9	56.633	53.545	110.178
10-14	54.014	50.704	104.718
15-19	57.312	54.311	111.623
20-24	67.507	65.232	132.739
25-29	84.854	81.805	165.659
30-34	109.477	106.828	216.305
35-39	114.516	113.318	227.834
40-44	108.060	108.495	216.555
45-49	100.999	103.323	204.322
50-54	97.613	100.058	197.671
55-59	87.380	90.396	177.776
60-64	81.679	86.845	168.524
65-69	76.363	85.436	161.799
70-74	57.046	69.141	126.187
75-79	61.439	83.512	144.951
80-84	41.332	64.924	106.256
85 e mais	30.306	66.380	96.686

Fonte: Instituto Gallego de Estatística, 2012.

Tal como no norte de Portugal, trata-se de uma população envelhecida. Vale a pena por isso ressaltar a situação dos indicadores de população mais significativos que aparecem refletidos na tabela a seguir, como:

- Uma taxa de crescimento negativa em todas as províncias, especialmente em Lugo e Ourense.
- Uma percentagem da população com 65 anos ou mais, o que representa 6,8% a mais do que o dos menores 20 anos, e que fornece uma taxa de envelhecimento muito alta (número de pessoas com 65 anos de idade) ou mais por cada 100 menores de 20 anos).
- Uma média de idades de cerca de 45,1 anos.

Figura 5: Indicadores da População da Galiza

	Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra	Galiza
Taxa de crescimento composto contínuo	-0,3	-0,8	-0,9	-0,5	-0,5
Percentagem de população segundo âmbito geográfico	41,1	12,5	11,9	34,5	5,9
Densidade de população	143,9	35,4	45,4	213,2	94,1
Idade média no 1 ano de janeiro	45,0	48,5	49,0	43,4	45,4
Percentagem de população com menos de 20 anos	15,8	13,2	13,3	17,5	15,8
Percentagem de população entre os 20 e os 64 anos	62,2	58,7	57,3	62,8	61,4
Percentagem de população acima dos 65 anos de idade	22,0	28,1	29,4	19,7	22,9
Índice de envelhecimento	139,5	213,0	220,6	112,6	145,1
Índice de sobre envelhecimento	14,0	18,3	17,4	14,1	15,2
Índice de estrutura de população em idade ativa	114,2	122,5	123,3	105,6	113,0
Índice de substituição da população em idade ativa	158,0	164,2	171,4	133,5	151,0

Fonte: Instituto Gallego de Estatística, 2012.

Os dados estatísticos e demográficos sobre população também não são animadores na Galiza (Xunta de Galicia, 2013). Nestes, destacam-se os seguintes dados:

- A taxa geral de fertilidade (número de filhas/nascidos por 1.000 mulheres em idade fértil, de 15 a 49 anos), que é 33,8.
- A idade média de maternidade com 32,1 anos de idade.
- Índice sintético de fertilidade (número esperado de crianças por mulher ao longo de sua vida fértil) que é 1.1.
- A taxa específica de fertilidade é de 76,6, na faixa etária de 30 a 34 anos.

Este cenário sociodemográfico e territorial coloca a Galiza ao nível do Norte de Portugal, no que concerne ao seu tecido social. E isto arrasta problemas semelhantes com aqueles que iremos verificar mais aturadamente no Norte de Portugal.

3.2 Norte de Portugal

Antes de avançarmos para o Norte de Portugal, importa traçar um quadro geral do panorama da ação social em todo o território português.

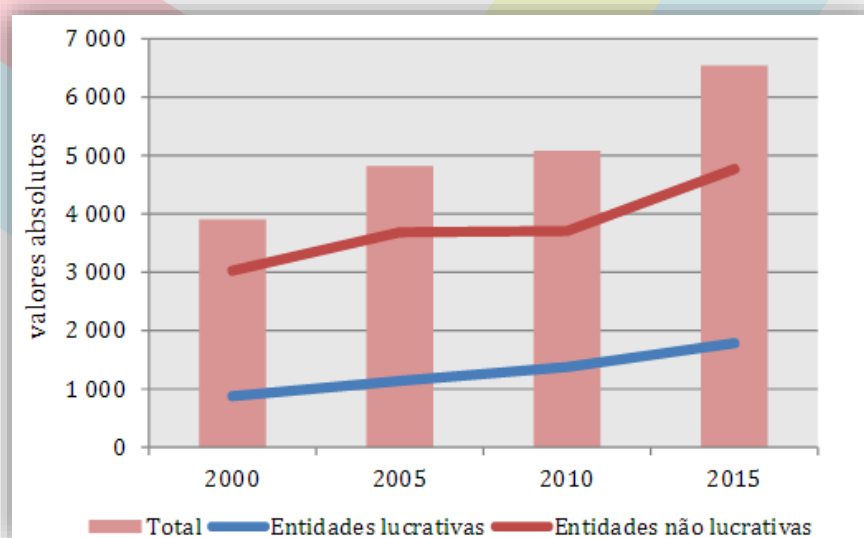
Sabemos que a economia social nacional tem fortes raízes históricas, registando-se um grande desenvolvimento a partir de 1974 e do papel das Instituições Particulares de

Solidariedade Social (doravante designadas por IPSS) definidas pela Constituição Portuguesa de 1976.

Em Portugal, as IPSS desenvolvem atividades no âmbito da segurança social, proteção na saúde, educação e habitação, e podem assumir as seguintes formas jurídicas: associações de solidariedade social, associações de socorros mútuos, irmandades da Misericórdia.

Segundo dados da Direção Geral da Segurança Social (DGSS), existiam registadas com fins de ação social não lucrativa mais de cinco mil (5 000) IPSS, em 2015, numa tendência de crescimento desde o ano de 2000. No caso de entidades lucrativas, houve um aumento para o dobro entre o ano de 2000 e 2015 (são agora quase 2000). Este aumento nas entidades lucrativas deve-se ao aumento das respostas sociais privadas para crianças e jovens e para idosos.

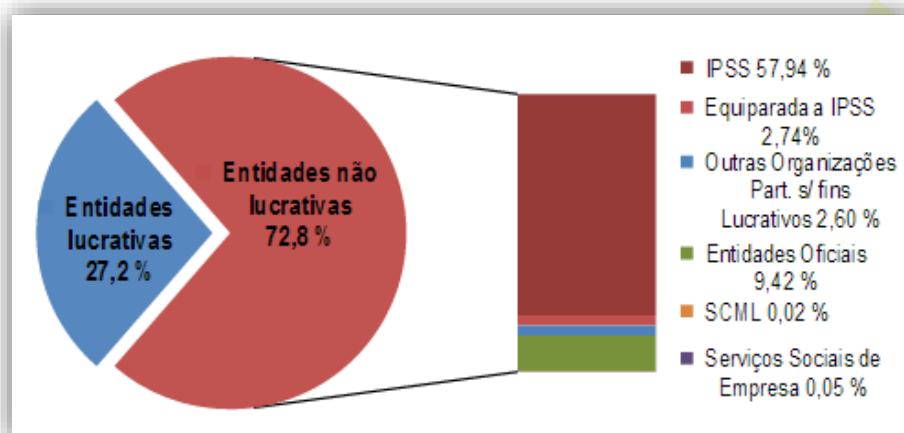
Figura 6: Evolução das Entidades de Solidariedade Social



Fonte: GEP – MTSSS. Carta Social

Em Portugal, em 2015, segundo a Carta Social, a distribuição da natureza jurídica das entidades em causa tinha a seguinte distribuição:

Gráfico 1: Distribuição Percentual por Tipo de Entidade



Fonte: GEP – MTSSS. Carta Social

Ao nível da distribuição espacial das entidades proprietárias de equipamentos sociais no território continental, a região Norte foi aquela que apresentou o maior peso relativo quer de entidades não lucrativas, quer de entidades no global. Por seu turno, cerca de 47 % das entidades lucrativas encontrava-se na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

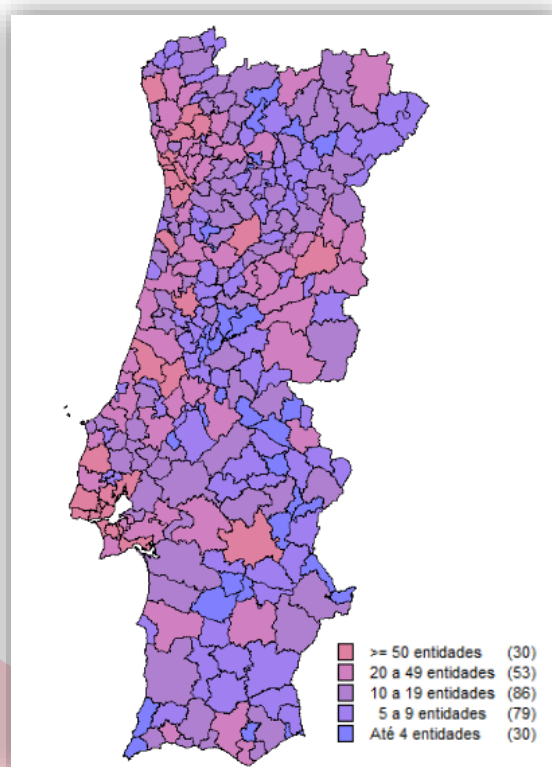
Tabela 1: Distribuição percentual de entidades por Região

NUTS II	Total (%)	Entidades lucrativas (%)	Entidades não lucrativas (%)
Norte	30,2	23,9	32,6
Centro	28,2	19,6	31,4
Área Metropolitana de Lisboa	28,3	47,1	21,2
Alentejo	9,9	5,6	11,5
Algarve	3,4	3,8	3,3

Fonte: GEP – MTSSS. Carta Social

Tal como nos é possível constatar, a distribuição de respostas sociais pelo território continental aumenta o fosso e expõe a dicotomia litoral/interior. Isto está de acordo com a distribuição populacional.

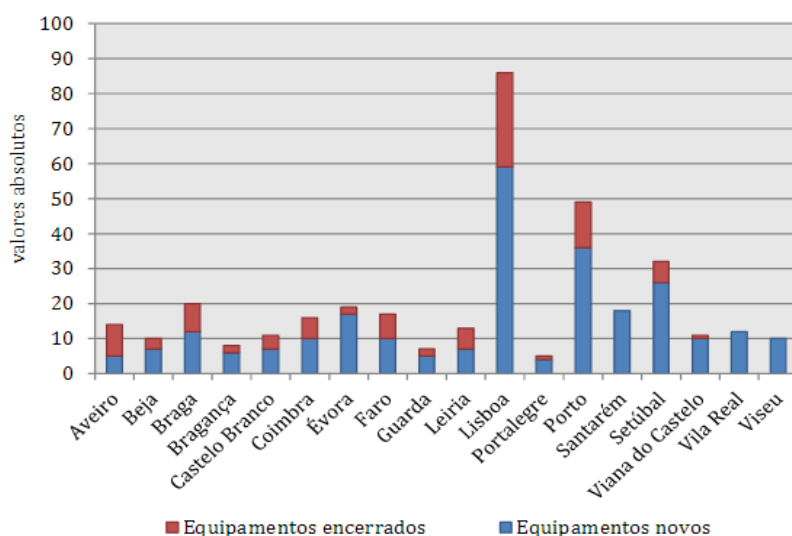
Figura 7: Mapa de distribuição de entidades, por Concelho



Fonte: GEP – MTSSS. Carta Social

A região com maior número de equipamentos novos, mas também com o maior número de entidades encerradas, é Lisboa. A zona Norte, nomeadamente a cidade do Porto, é a segunda cidade com maior número de equipamentos novos e encerrados.

Figura 8: Relação entre Equipamentos Encerrados e Equipamentos Novos



Fonte: GEP – MTSSS. Carta Social

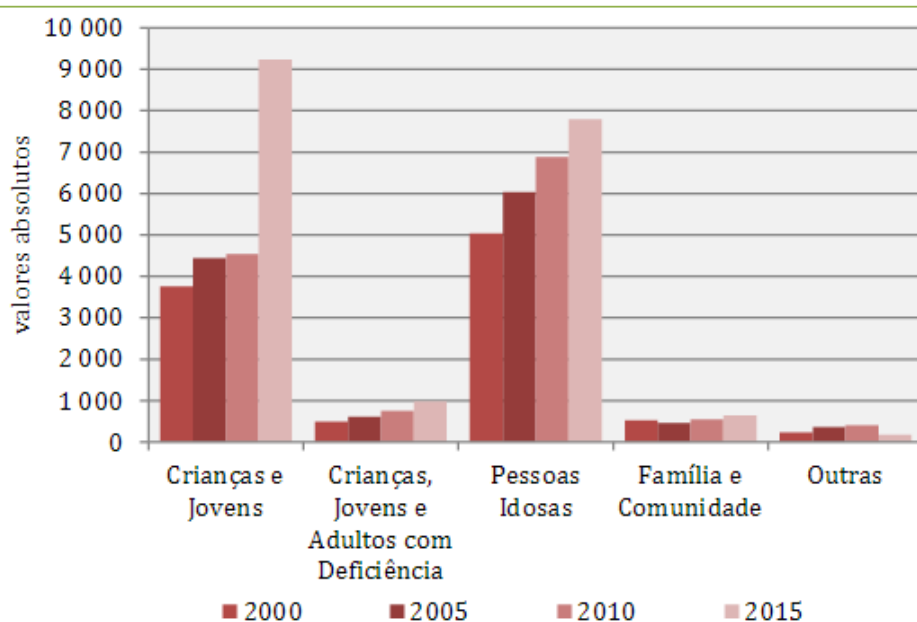
As repostas sociais podem portanto ser entendidas como um conjunto de atividades e/ou serviços desenvolvidos em tipos diferentes de equipamentos sociais, ou a partir destes, para apoio a pessoas e famílias. As repostas sociais portuguesas enquadradas na Rede Social de Equipamentos Sociais (doravante designada de RSES) dirigem-se a toda a população, numa perspetiva de adequação às diferentes necessidades sociais. Todavia, existem serviços e equipamentos específicos dirigidos a grupos alvo enquadrados em quatro grandes áreas:

1. Crianças e Jovens;
2. Crianças, Jovens e Adultos com deficiência ou incapacidade;
3. Pessoas Idosas;
4. Pessoas com outras problemáticas, no âmbito da Família e Comunidade.

No ano de 2015, por referência a 2000, registou-se um crescimento de 87% no universo de repostas sociais que integram a RSES. As repostas dirigidas às Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência registam o maior crescimento (97 %) no período de análise (2000-2015), seguindo-se as repostas dirigidas às Pessoas Idosas (55 %) (Carta Social, 2015).

As repostas sociais destinadas ao grupo das Crianças e Jovens, no âmbito da RSES, embora tenham demonstrado, em 2015, um acréscimo significativo, registaram um aumento mais moderado face às repostas para as restantes populações-alvo, no período 2000 a 2015.

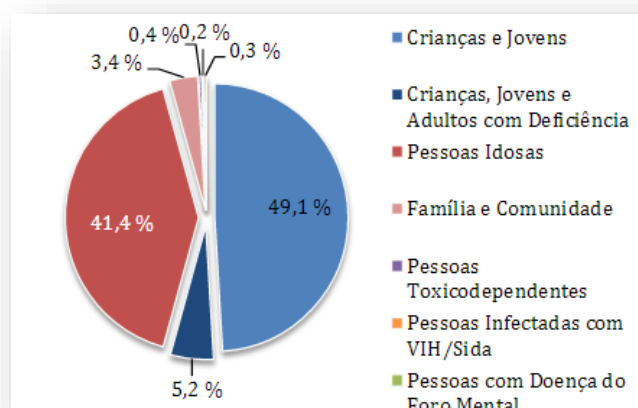
Figura 9: Evolução das Respostas Sociais por tipologia



Fonte: GEP – MTSSS. Carta Social

Em 2015, as respostas para as Crianças e Jovens constituíam cerca de 49 % do universo da RSES, enquanto as respostas que visavam o apoio à População Idosa representavam 41,4%. O crescimento acentuado de respostas sociais para crianças e jovens prende-se com o facto de serem incluídas na contabilização as respostas sociais da educação no período pré-escolar. Na realidade, as respostas sociais que mais cresceram em número foram as respostas destinadas às pessoas idosas.

Figura 10: Distribuição das Respostas Sociais por Categoria de Fenómeno Social

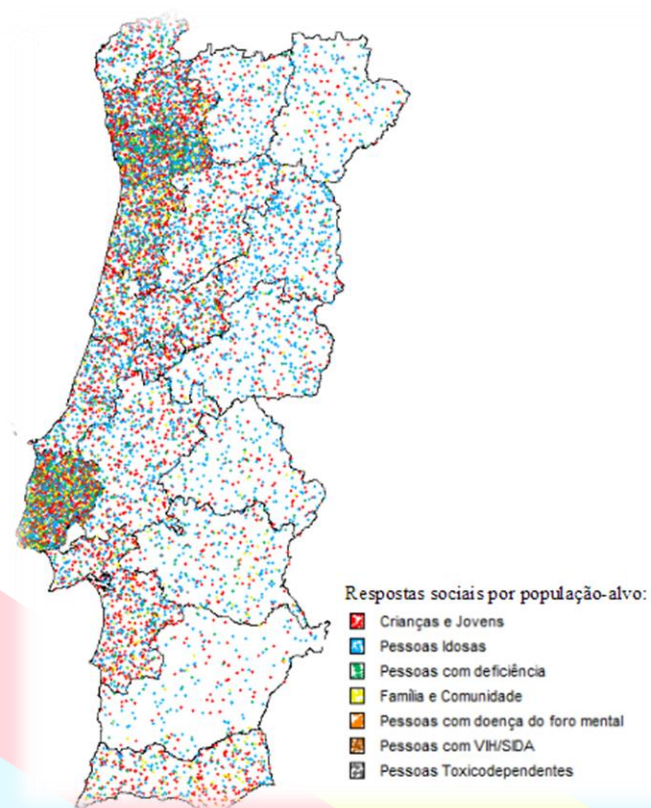


Fonte: GEP – MTSSS. Carta Social

A distribuição espacial das respostas sociais no território continental reproduz o padrão de distribuição populacional. Os distritos que se estendem ao longo da faixa litoral Norte e Centro concentram um maior volume de respostas, particularmente os que se localizam nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Por seu turno, a região Norte apresenta o maior peso relativo de respostas sociais para as diferentes populações-alvo, à exceção das respostas para os Idosos, população que dispõe de maior número de respostas sociais na região Centro. É de destacar, ainda, que as respostas que visam o apoio a pessoas com problemáticas como a doença do foro mental, a toxicodependência e VIH/SIDA estavam, sobretudo, localizadas na AML.

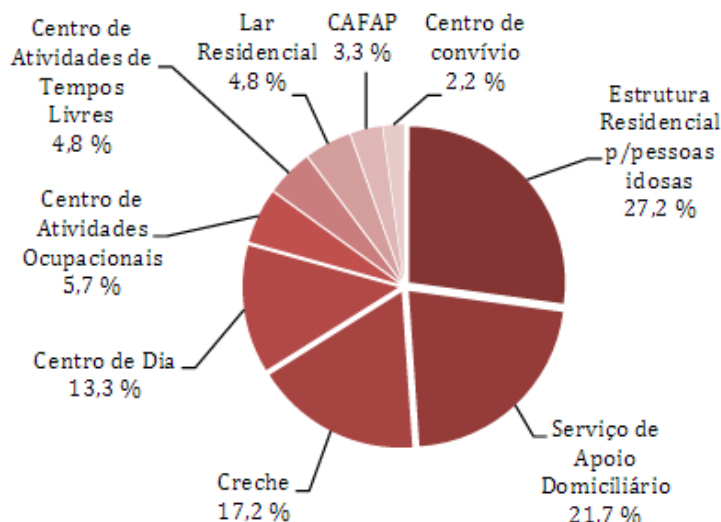
Figura 11: Mapa das respostas Sociais por População-Alvo



Fonte: GEP – MTSSS. Carta Social

Em termos de tipologia, a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) (27,2%) e o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) (21,7 %), constituem as respostas que registaram maior número de aberturas, em 2015, seguidas pelas Creches (17,2 %).

Figura 12: Distribuição Percentual de Respostas por Designação Oficial



Fonte: GEP – MTSSS. Carta Social

De acordo com os dados disponíveis, nas entidades com menos de 20 trabalhadores, as modalidades mais salientes são então, ao nível de recursos humanos, o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e os Centros de Dia, enquanto nas IPSS de maior dimensão se verifica um peso mais ou menos equivalente de todas as modalidades (Carta social, 2015).

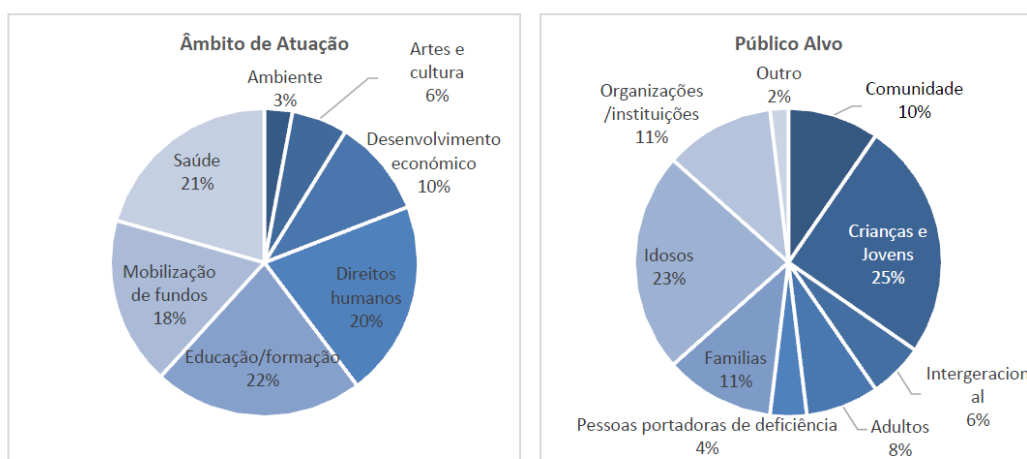
Já no domínio dos cuidados de saúde, as Misericórdias estão a ganhar cada vez mais relevância, perspetivando-se um forte incremento com a privatização, mesmo de serviços de cuidados primários. Os maiores desajustamentos, medidos em termos de fila de espera, registam-se no equipamento Lar de Idoso seguido pelas Creches (Carta Social, 2015).

Ora, sendo o Norte de Portugal um terço da economia social do país, se percebe que este setor constitui um dos grandes motores de propulsão da economia e da vida dos portugueses. O ecossistema de inovação e empreendedorismo social no norte considera os fatores que têm o poder de influenciar (positivamente ou negativamente) a capacidade do empreendedor social em criar e sustentar a mudança pretendida ao longo do seu ciclo de vida (CASES, 2009).

Tendo por base um recente inquérito não representativo aplicado em uma região particular do Norte de Portugal (na sub-região do Alto-Minho), que contou com 100 entrevistas telefónicas de organizações do Minho-Lima dos dez Municípios desta sub-região, foram identificadas potenciais soluções que correspondem aos critérios de Empreendedorismo

Social definidos. Este inquérito, distribuído por instituições que têm como público as Crianças e os Jovens (26%), os Idosos (25%), 6% das iniciativas tem foco intergeracional, as Famílias (11%), a Comunidade (10%), organizações sociais (11%), Adultos (8%), e, finalmente, Pessoas Portadoras de Deficiência (4%) (Instituto de Empreendedorismo Social, 2014).

Figura 13: Distribuição dos Inquéritos por Tipologia de Resposta Social



Fonte: GEP – MTSSS. Carta Social

Assim, e após a análise dos dados, este estudo destacou como principais desafios deste setor os seguintes:

- Garantir a sustentabilidade financeira e logística das várias respostas sociais, sendo esta no geral entendida como a mobilização de recursos para operacionalizar as ações das iniciativas;
- Angariar clientes/beneficiários;
- Angariar recursos humanos;
- Aumentar a capacidade de gestão de voluntários.

Em suma, todos estes desafios prendem-se de alguma forma com a gestão estratégica e corrente de organizações sociais. De um modo mais completo, este estudo veio evidenciar estas mesmas preocupações gerais tendo por base a seguinte análise SWOT mais particular (IES, 2014). Vejamos:

Análise S.W.O.T. - Roadmap para o Empreendedorismo Social no Minho-Lima (2014)

FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>TERRITÓRIO</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Recursos endógenos permitem a proliferação de projetos de empreendedorismo social que aproveitam os recursos naturais e locais da região; ➤ Excelência dos valores naturais e ecológicos (Parque Nacional da Peneda-Gerês, eventos e iniciativas de projeção nacional e internacional); ➤ Mosaico verde da paisagem e identidade marcadamente rural com elevada qualidade de vida; ➤ Atratividade do território para promoção de eventos nacionais e internacionais de empreendedorismo social; ➤ Existência de infraestruturas no ecossistema de empreendedorismo que podem ser uma alavanca para ativar o empreendedorismo social; ➤ Proximidade transfronteiriça; ➤ Aproveitar o conhecimento académico e os polos de investigação transfronteiriços. 	<p>TERRITÓRIO</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Inexistência e debilidade da rede de transportes públicos e acessibilidades; ➤ Abandono dos territórios mais frágeis do ponto de vista socioeconómico; ➤ Esvaziamento populacional das zonas rurais pela ausência de serviços de proximidade ➤ Insuficientes ofertas de emprego capazes de fixar e atrair população.
<p>INSTITUIÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Existência de diagnósticos sociais atualizados com principais problemas identificados ➤ Nº elevado de respostas sociais para idosos, crianças e jovens [169] ➤ Emergência de dinamização de iniciativas e redes de apoio ao empreendedorismo na região do Minho-Lima ➤ Oferta significativa (em quantidade e qualidade) de infraestruturas de acolhimento empresarial ➤ Reforço significativo da oferta do número de equipamentos sociais e respetiva capacidade ao longo do período 2000-2010 ➤ Pontos fortes reportados pelas iniciativas sociais entrevistadas implementação dos projetos; capacidade de planeamento e definição dos objetivos; cultura organizacional e Gestão de recursos Humanos 	<p>INSTITUIÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Insuficiência de respostas para pessoas com deficiência física e mental ➤ Insuficiência de respostas para pessoas vítimas de violência doméstica ➤ Insuficiente acompanhamento de pessoas com doenças ao nível da saúde mental ➤ Desajuste entre a oferta formativa e a de emprego ➤ Dificuldade na identificação a candidaturas e fontes de financiamento; dificuldade de comunicação externa e marketing; necessidade de financiamento administrativo; dificuldade na e avaliação de impacto dos programas. ➤ Falta de diversificação de fontes de financiamento compromete a sustentabilidade das iniciativas ➤ Duplicação e sobreposição de respostas sociais

FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>COMUNIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Aproveitamento dos recursos e cultura local para dinamização das comunidades ➤ Melhoria no aumento da frequência dos ensinos profissional e superior ➤ Aumento da oferta da formação especializada profissional derivada do programa QREN – POPH ➤ Aumento de visitas domiciliárias médicas e de enfermagem [+23% relativamente a 2010] 	<p>COMUNIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Isolamento por motivos demográficos ➤ Nº significativo de idosos a viver sozinhos ➤ Condições precárias de habitação junto dos grupos mais vulneráveis (exº: idosos) ➤ Consumo de álcool, toxicodependência e substâncias psicoativas [837 utentes em tratamento no Minho-Lima, o que corresponde a cerca de 5,55% do total da Região Norte] ➤ Elevada taxa de morte por doença crónica do fígado e cirrose (associada a Problemas Ligados ao Álcool) [6% acima da média para o continente e região norte] ➤ Elevada prevalência de doenças crónicas (associada a hábitos de alimentação e exercício físico insuficiente) [inscritos com hipertensão (50.996), diabetes (18.392), excesso de peso/obesidade (18.157), abuso de tabaco (11.791) e perturbações depressivas (11.432)] ➤ Ausência de dados sobre situação da saúde mental na região ➤ Dificuldade no acesso à saúde por parte de populações mais isoladas. ➤ Taxa de analfabetismo elevada nas zonas mais rurais [10%] ➤ Falta de oportunidades de geração de rendimento e reduzida capacidade empreendedora ➤ Elevada proporção das pessoas com dificuldade como população inativa [84,4% das quais os reformados representam cerca de 81,7% no Minho-Lima] ➤ Dificuldade de integração da população com deficiência a nível socioprofissional ➤ Famílias disfuncionais e carenciadas ➤ Nº elevado de casos de violência doméstica [5% do total da Região Norte, 430 casos reportados em 2011] ➤ Desemprego, especialmente jovem, que desencadeia ciclo desvirtuoso de exclusão social [taxa de desemprego dos jovens 15-24 de 23,5%]

Fonte: Análise S.W.O.T. - Roadmap para o Empreendedorismo Social no Minho-Lima (2014)

AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
TERRITÓRIO	TERRITÓRIO
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dinamização de atividades na orla costeira e nos rios, circuitos curtos de comercialização dos produtos locais e capitalização da experiência na produção de energias renováveis ➤ Desenvolvimento de produtos e atividades orientados para o turismo de natureza e no espaço rural ➤ Estruturação de relações com os territórios de proximidade através de novas tecnologias e plataformas de comunicação serviços móveis; ➤ Crescente awareness e interesse dos vários setores da economia em práticas e iniciativas de Empreendedorismo Social ➤ Envolvimento da Sociedade nas resoluções dos problemas sociais pela sensibilização ➤ Existe infraestrutura para fomento do capital humano na área do empreendedorismo social ➤ Cooperação transfronteiriça potenciadora do desenvolvimento de atividades sociais e económicas transfronteiras através de estratégias de desenvolvimento comuns. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cenário macroeconómico desfavorável que afeta a região do Minho-Lima ➤ Limites da exploração dos recursos endógenos devido a exigências de preservação e promoção da sustentabilidade ➤ Ausência de uma estratégia e mecanismos de comunicação integrados que fomentem a partilha de boas práticas ➤ Periferização do processo de desenvolvimento das áreas de maior interioridade ➤ Índice de dependência total superior à região norte e à média nacional ➤ Taxa bruta de mortalidade superior 2 pontos percentuais à média do país

AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
<p>INSTITUIÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Concretização de planos de desenvolvimento mais eficazes com base nos diagnósticos sociais participativos das redes sociais; ➤ Qualificação dos recursos humanos para a resposta social e promoção do envelhecimento ativo; ➤ Preparar e implementar soluções sociais de qualidade com critérios de empreendedorismo social; ➤ Rentabilização dos recursos locais existentes (humanos, materiais e equipamentos sociais) ➤ Criação de parcerias e dinamização da rede para a criação de projetos de empreendedorismo social; ➤ Crescente oferta de programas formativos e conferências em empreendedorismo social em Portugal, com destaque para o norte do País ➤ Elevada taxa de sobrevivência das empresas 	<p>INSTITUIÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Elevada dependência do financiamento público; ➤ Ausência de investimento social por parte do setor privado e social; ➤ Concentração de respostas sociais nas mesmas zonas geográficas; ➤ Ausência de instrumentos e capacitação de recursos para a medição de impacto das respostas sociais;
<p>COMUNIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Riqueza da cultura e dos produtos locais comercializados pela população ➤ Níveis de retenção, aproveitamento, abandono escolar e proporção de inscritos no ensino superior favoráveis relativamente à média nacional [abandono escolar: 1,4% vs. 1,6 para o Continente; taxa de retenção: 4,1 vs 7,3% para o Continente] ➤ Total de beneficiários de subsídio de desemprego e rendimento social de inserção inferior à média da Região Norte e Continente [4% da população do ML com subsidio de desemprego vs. 6% na RN e 5% no Continente; 4% da população do ML com RSI vs. 5% na RN e 4% no Continente] 	<p>COMUNIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Crescimento populacional negativo (-2%), acentuado nos municípios menos povoados ➤ Rendimento médio mensal inferior 30% à média da população ➤ Níveis salariais praticados dificultam a fixação e atração de mão-de-obra qualificada ➤ Baixa qualificação da população relativamente à média nacional [14,8% sem nível de escolaridade vs. 10,3% para RN e Continente; 9,7% com ensino superior vs. 12% para a RN e 14% para o Continente] ➤ Proporção da população com pelo menos uma dificuldade (19,54%) acima média nacional (17,88%) e para a RN (14,19%) ➤ Reduzido nº de fogos de habitação social para apoio a famílias ➤ Aumento das situações e condições de pobreza, especialmente junto dos idosos

Generalizando agora este diagnóstico, presente na região do Minho-Lima (IES, 2014), ao resto do Norte de Portugal, podemos afirmar que as IPSS enfrentam na atualidade múltiplos desafios quer de índole conjuntural quer estrutural. Estes desafios constituem por isso boas oportunidades para uma mudança que reforça as instituições sem fim lucrativo, contribuindo para uma melhor resposta (serviço) às crescentes necessidades de apoio social.

Muitos especialistas da economia social indiciam a importância duma gestão para a sustentabilidade e que os défices financeiros crónicos devem ser evitados, sendo necessário um planeamento mais criterioso das atividades com previsão de resultados positivos para fazer face a contingências normais decorrentes das flutuações dos custos dos inputs – isto é, uma boa gestão, uma vez que as contingências devem ser acauteladas. Insistem ainda na ideia de que os resultados (operacionais ou líquidos) nulos é contraproducente e favorece uma situação de dependência estrutural destas instituições aos ciclos políticos e orientações governamentais – em detrimento da independência das instituições privadas e do cumprimento da missão específica destas instituições na área da solidariedade social.

Para além disso, a questão da profissionalização dos quadros dirigentes continua a ser um tema relevante na sustentabilidade das IPSS. Para Melo (2011):

“Uma ONG com alto grau de profissionalização reúne características como: complexa divisão do trabalho, subdividida em diversas áreas de atuação; alto grau de escolaridade de seus dirigentes; alto nível de especialização nas atividades desenvolvidas; uma divisão de tarefas administrativas mais rígida e burocratizada; pirâmide hierárquica consolidada e articulada dentro de um sistema eficaz de comunicação e relação entre os membros de seus diferentes estratos; relações de trabalho não reduzidas apenas a relações primárias de sociabilidade; flexibilidade dentro de uma rede de cooperações; estratégia de planeamento para uma atuação futura da entidade, dinâmica de avaliação do trabalho interno, dentre outras. Logo, uma ONG com baixo grau de profissionalização seria seu inverso.”

Estes problemas, conjunturais e estruturais, aliam-se aos problemas existentes no **Território** a Norte (inexistência e/ou debilidade da rede de transportes públicos, debilidade nas acessibilidades, esvaziamento das zonas rurais, fracas capacidades de fixação e atração de populações e tremendo desajuste entre oferta e procura de emprego), nas **Instituições** a Norte

(Insuficiência de respostas para pessoas com deficiência física e mental, para vítimas de violência doméstica, para pessoas com doenças ao nível da saúde mental, na existência de recursos humanos carentes de formação para a gestão e na duplicação e sobreposição de respostas sociais), e nas **Comunidades** a Norte (população altamente envelhecida, em condições precárias de habitação, com níveis de consumo de álcool elevados gerando inúmeros problemas e mortes de fígado e cirrose, elevada prevalência de doenças crónicas associadas a maus hábitos alimentares, número elevado de casos de violência doméstica e taxas de analfabetismo e taxas de desemprego elevadas). Deste modo, este diagnóstico permite-nos considerar, em suma, a região Norte como uma região carente de novas e diferentes respostas de ação social, a incidir sobretudo na tríade formada por estrutura-território-comunidade.

CAPÍTULO 4



**Análise do setor da Ação Social na
Euro-região Galiza-Norte de Portugal**



4 Análise do setor da Ação Social na Euro-região Galiza-Norte de Portugal

4.1 O conceito de Ação Social

As designadas teorias da ação social dão especial atenção ao papel desempenhado pela ação e pela interação dos vários elementos da sociedade na sua estruturação.

Neste sentido, o conceito de ação social pertence ao universo da sociologia, ciência que se dedica em particular ao estudo dos grupos sociais. Esta procura o significado da ação social, considerando-a como toda e qualquer ação que afeta a conduta de outros.

Esta perspetiva sociológica compreensiva, que tenta explicar a maneira como os atores sociais se comportam uns com os outros e para com a sociedade, encontrou em Max Weber e em Georg Simmel dois dos seus expoentes máximos.

Para Max Weber (a partir de Cabral, 2018), existem, de facto, quatro tipos de ação social que merecem ser tratados de modo agrupado. A saber:

- **Ação social tradicional**, que estará mais vinculada às tradições e aos costumes;
- **Ação social afetiva**, que estará mais relacionada com as emoções e com os afetos;
- Ação social racional que segue por um lado mais em conformidade com um conjunto de lógicas e valores, de índole estética, política, religiosa e ética;
- Ação social racional que visa a obtenção de fins, de modo focado e objetivo.

Para além deste enquadramento, é ainda hábito chamar-se de ação social aos programas e às ajudas que, em geral, são complementares às prestações de assistência que proporciona o Estado, embora também exista a ação social estatal.

De facto, a ação social tem como principal objetivo satisfazer necessidades básicas que, por variados motivos, um grupo da população não consegue satisfazer. Deste modo, a ação social pode estar destinada a promover a educação ou a distribuir alimentos, por exemplo.

Por outro lado, a ação social também aparece em momentos específicos, perante catástrofes naturais ou situações de emergência. E aqui entra mais a noção de «sociação» (socia-ação) de Georg Simmel (2004), que nos relembra que durante uma sociação o que está em causa são as formas ou os modos pelos quais os atores sociais se relacionam. É importante destacar que as interações sociais e as relações de interdependência não representam, necessariamente, convergências. Podem representar relações com base no conflito, relações de interesse mútuo e relações de subordinação (ou dominação). Uma província que sofra com a seca pode ser destinatária da sociação do resto do país. O mesmo se aplica no caso de uma nação que esteja em guerra, podendo vir a usufruir do apoio dos seus países vizinhos no sentido de ajudar a população civil afetada pelo conflito.

Noutros termos, a ação social de Weber é mais específica e tem sido usada mais no sentido de teorizar em direção à transformação do estado das coisas para alcançar outro estado com maior qualidade. Em suma, a ação social visa o bem comum e não a procura da satisfação dos interesses pessoais.

Num mundo imerso em profundas transformações tecnológicas, económicas, sociais e humanas, o impacto dessas transformações no plano interno e na sociedade portuguesa faz-se sentir de forma acentuada e agravada na sua interação com outros fatores que caracterizam o mundo atual. Assim, “a política social, no seu sentido mais amplo, desempenha um papel decisivo no acompanhamento deste processo e nela a Ação Social é chamada a atuar e a enfrentar com sucesso os desafios da mudança” (livro Branco da Ação social: pp. 5; 1996). Portanto, dentro daquilo a que chamamos de economia social, é precisamente a «ação social» aquela que, de modo esmagador, mais representa este tipo particular de economia. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (doravante designado de INE), a economia social representou a nível nacional cerca de 2,8% do valor acrescentado bruto e 6% do emprego remunerado em 2013, abrangendo um universo de 61 mil entidades, com um total de recursos de 14 mil milhões de euros. O INE comparou o peso da economia social e de outros setores no VAB e no emprego nacional e concluiu que este setor fora superior à agricultura, silvicultura e pesca, indústria têxtil, agroindústria ou telecomunicações. As conclusões são ainda mais decisivas quando nos recordam que “O peso do emprego remunerado da economia social no total da economia foi maior do que em ramos de atividade

tradicionalmente caracterizados pela utilização intensiva de trabalho, como, por exemplo, a indústria têxtil” (INE, 2016).

O mesmo estudo concluiu que cerca de 93% das 61 mil entidades portuguesas da economia social pertencem àquilo a que se designa de «ação social» no sentido mais lato, isto é, entidades e associações com fins altruísticos, e que 61% do VAB, 62% das remunerações e 65% do emprego remunerado lhes pertencem (Ibid).

De resto, podemos dizer que destas 61 mil entidades, 93% são portanto instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias, e apenas 7% são sociedades não financeiras e famílias. Os dados do INE revelam que o total de recursos das entidades foi estimado em 14 mil milhões de euros, principalmente com origem na sua produção (60%), enquanto os subsídios e transferências contribuía com 27% e os rendimentos de propriedade com 10%. Aquele montante destinava-se ao consumo intermédio (29%), remunerações (28%) e transferências sociais (24%) (Ibidem).

Estes números provam, portanto, em Portugal, a centralidade de um tipo particular de ação social no seio daquilo a que se considera de economia social: uma «ação social» tendo por base uma orientação de “criação de condições de vida, geradoras de iniciativas individuais e coletivas, que garantam a autonomia, a integração e o protagonismo social dos grupos mais desfavorecidos” (Ação Social, pp. 7).

De facto, o que está em causa para a ação social portuguesa são “as pessoas e as suas condições de vida, os processos que provocam a exclusão e a sua reprodução social, os meios adequados e suscetíveis de transformar e melhorar as condições de existência e de promover a autonomia” (Ibid). Não obstante, a tendência dos pactos sociais estabelecidos quer em Portugal como na ligação entre Portugal e a Comunidade Europeia tem vindo a colocar a ação social em três planos diferentes:

1. Passar de uma dinâmica de génese **assistencial** para uma ação social geradora de iniciativas individuais e coletivas;
2. Passar de uma dinâmica de génese **reparadora** para uma ação social preventiva e dinamizadora da integração social;

3. Passar de uma dinâmica de génese **isolada** para uma ação social co-responsável com outros sectores de política social, promotores do bem-estar comum.

Destarte, os objetivos da economia social tropeçam nos objetivos da ação social, da mesma maneira que as designadas Instituições Particulares de solidariedade Social (doravante designadas de IPSS) dão objetividade a todos estes encontros, quer dizer: “Estatui-se que os objetivos das IPSS concretizam-se mediante a concessão de bens, prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios: apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo; apoio à família; apoio às pessoas idosas; apoio às pessoas com deficiência e incapacidade; apoio à integração social e comunitária; proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação e assistência medicamentosa; educação e formação profissional dos cidadãos; resolução dos problemas habitacionais das populações; outras respostas sociais, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos” (Cases, 2014: 2).

Todavia, dentro daquilo que é considerado IPSS, existem diversas modalidades diferentes a objetivar a ação social no seu conjunto. Torna-se por isso fundamental contextualizar as espécies jurídicas da ação social em torno das atuais seis designações formais:

1. Associações de Solidariedade Social
2. Centros Sociais Paroquiais
3. Caritas Diocesanas e Paroquiais
4. Associações Mutualistas ou de Socorros Mútuos,
5. Fundações de Solidariedade Social
6. Irmandades da Misericórdia

Em território português, a ação social do tipo formal encontra resposta neste enquadramento, ficando enquadrada e registada obrigatoriamente por aquisição automática no regime de utilidade pública e em natureza de pessoa coletiva.

Contudo, é importante salientar a existência de uma ação social do tipo informal. Disso são exemplos os projetos sociais tendo por base um financiamento obtido em estruturas de *crowdfunding* e sistemas análogos. Embora tais plataformas de *crowdfunding* sejam empresas formalmente estabelecidas, no entanto conferem a possibilidade, de modo informal, a pessoas ou grupos, de financiarem projetos de cariz social apoiando causas (doenças, famílias, etc.). Só para exemplificar, a plataforma Novo Banco *Crowdfunding*, Lançada em novembro de 2012, colaborou com 153 projetos sociais de várias instituições, recebendo a ajuda de 7.475 donativos. Juntos geraram 291.242 euros, que reverteram na totalidade para causas sociais. O valor médio dos donativos está nos 38,96 euros (Jornal Sol, 13/02/2017).

4.2 Identificação de tendências e políticas no setor da Ação Social

(como a economia social tem impulsionado uma Ação Social mais efetiva na Euro-região Galiza-Norte de Portugal)

4.2.1 Casos de sucesso no setor da Ação Social na Euro-região Galiza-Norte de Portugal

(exemplos concretos existentes nas 4 Províncias e nos 5 Distritos, respetivamente)

Vamos, agora, fazer uma síntese, descrevendo e resumindo um conjunto de boas práticas em função dos diferentes tipos de ação social na região da Galiza e na região do Norte de Portugal. Esta síntese, que derivou de um estudo de casos no terreno, vem de certo modo alertar para aquilo que está a ser implementado no terreno mas também para salientar a importância da inovação social nas áreas tradicionais da ação social – sobretudo em um tempo de transição de gerações e, por isso, de satisfação de necessidades em constante mutação.

4.2.2 No âmbito do apoio à Natalidade/Fecundidade, à Infância e à Família

Uma das formas encontradas de promover a Natalidade/Fecundidade é a da promoção de condições para que os futuros pais tenham estruturas de apoio à logística pós-natal. A

existência de creches e jardins-de-infância, a preços competitivos e com horários flexíveis, é condição necessária num tempo onde é fundamental a existência de conciliação entre o trabalho e a família. Devido aos estudos demográficos sobre as condições necessárias para se ter ou não filhos, sabemos que a existência de estruturas de apoio à conciliação entre família e trabalho é fundamental (tal como nos aponta o Inquérito à Fecundidade de 2013 – FFMS, 2014).

Neste sentido, a empresa do grupo Kyaia está na linha da frente nessa componente de ação social. Ao instalar-se em Paredes de Coura, a dona das marcas Fly London e Camel comprometeu-se não só a criar postos de trabalho na região (condição fundamental para fixar população e reduzir desigualdades) como também a desenvolver condições para a conciliação entre o trabalho e a família dos trabalhadores, abrindo uma cantina e uma creche no interior do espaço de produção.

A kyaia, empresa privada inserida no sector da produção de calçado, é conhecida por distribuir lucros pelos trabalhadores. Mas em Paredes de Coura foi mais longe: a construção da cantina e da creche trata-se de uma resposta que demonstra não só a preocupação pela componente da responsabilidade social mas também pelo futuro demográfico, já que sem condições de conciliação entre os horários de trabalho e a possibilidade logística para se ser mãe/pai, o país e a região que lhe gera lucros terá problemas demográficos em breve. Esta resposta social aparece dentro deste quadro reflexivo.

Ainda dentro deste quadro de ação e responsabilidade social, importa salientar outros dois casos com algumas semelhanças, embora sejam ações promovidas por iniciativa pública: as creches na zona industrial de Vila Nova de Cerveira, em Campos, e na zona industrial de Arcos de Valdevez, em Padreiro. Estas tomadas de decisão, por parte dos municípios de Vila Nova de Cerveira e Arcos de Valdevez, respetivamente, contribuíram para ajudar na sensível questão da conciliação entre o trabalho e a família – um dos principais fatores a contar na hora de decisão de se ter filhos.

No que concerne ao apoio à infância e à adolescência, um caso de sucesso na ação social na Galiza que importa mencionar é a Associação ARELA. Esta tem como missão o desenvolvimento integral da infância e da mocidade da região em risco de exclusão, em situação desprotegida ou em conflito social, fomentando iniciativas de intervenção e prevenção. Nascida em 1988, esta associação conta com vários programas de apoio, entre os

quais se destaca o Programa de Prevenção de Condutas Infratoras, KTORCE18 através do qual se pretende chegar à Lei 5/2000 de Responsabilidade Penal de menores.

4.2.3 No âmbito do apoio à Terceira Idade e ao Envelhecimento Ativo e Vida Saudável

As iniciativas de ação social no que concerne ao apoio à Terceira Idade e ao Envelhecimento Ativo e Vida Saudável estão associadas, em Portugal e também na Galiza, à evolução de práticas Cristãs de acolhimento e apoio à terceira idade, situadas no âmbito das irmandades de misericórdia. É o caso da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez. Em 1595, um grupo de arcuenses, com autorização régia concedida pelo rei Filipe I, levou a cabo a criação da Irmandade da Misericórdia. O trabalho árduo a que se propunham com toda a abnegação pressupunha o cumprimento dos 14 mandamentos, que eram a base de toda a estrutura das Misericórdias. O seu principal vetor era a assistência aos mais necessitados e desprotegidos, passando não só por satisfazer todas as suas carências físicas, mas também por dar todo o apoio espiritual. Devido ao crescente envelhecimento demográfico, e paralelamente ao aumento da esperança de vida e por isso à necessidade de se viver até à morte com a maior das atividades e dignidades, Portugal em geral e o Norte de Portugal em particular assentaram em beneméritos e doações para criar estruturas de apoio ao envelhecimento.

Hoje, a Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez conta com um conjunto de respostas sociais alargadíssimas: Lar de infância e Juventude, Creche e Jardim-de-infância, CATL, CAO, Lar Residencial de Idosos, Apoio Domiciliário e Centro de Convívio. O Envelhecimento ativo e a promoção de uma vida saudável na terceira idade cruza-se com um conjunto de serviços e estruturas de apoio à terceira idade. A saber: Unidade de Cuidados Continuados; Unidade de Cuidados de Saúde Individualizados; Unidade de Cuidados Paliativos; Centro Clínico e Medicina Física e de Reabilitação.

A este nível, várias instituições afetas à Igreja Cristã Portuguesa formularam respostas de ação social. O Centro Paroquial Social de Barbeita é um outro exemplo. Iniciou mesmo as suas atividades nas instalações da residência paroquial. Em 1992, iniciaram as obras de

requalificação e ampliação do mesmo e nesta primeira fase, as divisões incluídas nas obras foram: cozinha, refeitório, lavandaria, salão, átrio e alguns quartos para o lar, sendo concluída a obra em 1998. A 7 de setembro de 1998, o centro recebeu os primeiros utentes para as três valências: centro de dia, lar para idosos e apoio ao domicílio. E em 1999 foi projetada uma ampliação do edifício com novos espaços destinados à prestação de serviços ao idoso, visto existir uma grande procura refletida numa vasta lista de espera. Esta nova ampliação do edifício foi terminada em 2003.

Esta instituição, tal como muitas outras no âmbito do envelhecimento ativo e qualidade de vida, realizam atividades várias. A estimulação cognitiva aparece como uma das grandes dinâmicas dentro do aumento da atividade. Quebra-cabeças conhecidos, como o “Tangram”, estimulam capacidades cognitivas como a atenção, a concentração, a criatividade, a praxia de manipulação de peças, o reconhecimento de formas e cores, a memória imediata, o registo de informação visual, o raciocínio lógico, a resolução de problemas, entre outras, contribuindo para uma vida cognitiva mais saudável.

Mas nem todas as respostas dentro da temática do envelhecimento ativo e vida saudável são de âmbito público-religioso. É o caso da Residência Bella Vida Viana, em Viana do Castelo. Enquadrada numa área verde frente ao mar, com uma área de construção de 4123 m² acima do solo e 4975 m² de espaços exteriores, localizada a escassos minutos do coração histórico de Viana do Castelo, a Residência Bella Vida Viana foi desenhada com o propósito de garantir o bem-estar diário dos idosos, disponibilizando um conjunto de cuidados especializados para todos os que deles necessitem, sejam utilizadores permanentemente dependentes ou temporariamente incapacitados.

Já na Galiza, o programa *Convivir*, que consiste na criação de residências para “dar vida à idade”, permite aos idosos trocar os tradicionais lares por residências com amigos. É o chamado *Co-housing*. E este conceito chegou em força à Galiza pela mão da *HogarFutura*, que agiliza e reúne condições para a criação e construção de residências par idosos em modo de *Co-housing*.

4.2.4 No âmbito do apoio às pessoas portadoras de algum tipo de Demência

(Alzheimer, Demência Vascular, Parkinson, entre outras)

A A.S. Sénior é uma empresa privada, centrada na Gestão Social e da Saúde, com especial destaque para a resposta social Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI). Esta empresa nasceu de uma vontade fundamentada dos seus sócios em garantir a prestação de um serviço de qualidade, de rigor e, simultaneamente, capaz de servir a terceira idade com a máxima sabedoria e dignidade. Cada um dos fundadores ofereceu ao projeto vasta experiência na gestão das organizações e expertise multidisciplinar que permite estabelecer uma abordagem centrada no utente. Destacam-se, nesta empresa situada em Prado – Vila Verde, os serviços de enfermagem em regime de 24 horas; os serviços médicos permanentes; os serviços de fisioterapia; os serviços de psicomotricidade; e os serviços de Gerontoterapia. Todavia, o principal motivo da A.S. Sénior são os serviços destinados à minimização de algumas demências como são o caso de Parkinson e de Alzheimer. Daí a existência de um jardim sensorial, acompanhado de um rigoroso plano de atividades ocupacionais, onde os pacientes e utentes são estimulados no sentido de anular ou minimizar os efeitos dessas doenças.

Mas se a A.S. Sénior contribui para a ação social no sentido de minimizar tipos de demência entre os idosos, a FisioTrimTrim é um projeto de Pediatria que tem como grande objetivo levar estes mesmos cuidados de saúde ao contexto da criança, em conjunto com pais e educadores. Esta empresa atua em idade precoce para detetar em tempo útil potenciais problemas, resolvendo-os com terapias em contexto de clínica, escola ou domicílio.

Na Galiza, mais propriamente em Vigo, a Associação de Familiares de Pessoas com Alzheimer e Outras Demências da Galiza (AFAGA) é uma organização sem fins lucrativos que foi criada para realizar uma série de atividades voltadas para melhorar a qualidade de vida dos pacientes com Alzheimer e outras demências. Entre os objetivos mais destacados da AFAGA, estão a orientação e a informação tanto para os membros da família como para a população em geral, para aproximar a realidade da doença para entidades públicas e privadas com o objetivo de alcançar uma resposta ampla e efetiva às procuras desse grupo e estimular e colaborar nas investigações que são realizadas nesta doença.

4.2.5 No âmbito do apoio às vítimas de Violência Doméstica

Dentro da ação social enquadrada com as problemáticas ligadas à família no seu todo, é de destacar, no Norte de Portugal, mais concretamente em Viana do Castelo, o Gabinete de Apoio à Família (GAF). A experiência no serviço de atendimento diário do GAF e a análise das necessidades sociais do Distrito foram permitindo a constatação de graves carências ao nível das desigualdades sociais em vários segmentos da população. No intuito de responder a estas carências, o GAF foi estruturando a sua intervenção por forma a proporcionar respostas aos problemas associados e geradores de exclusão social (como toxicodependência e/ou alcoolismo, seropositividade, delinquência, ex-reclusão, sem abrigo, imigração, desemprego e/ou emprego precário, carência socioeconómica, disfuncionalidade familiar e/ou rutura sociofamiliar, violência doméstica, crianças em risco, entre outros). Destaca-se, entre outros, o projeto Doequal, que surge no âmbito Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego (POISE), sob a coordenação da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. O projeto propõe-se desenvolver várias ações, sobretudo em áreas afetadas ao Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (PNPCVDG).

Na Galiza, e neste âmbito familiar, é de destacar o Programa Diana, com a sua Programação Criativa em Igualdade, que roda em vários centros educativos e Instituições de Apoio à Mulher e que conta com a Xunta de Galicia nas dimensões de Cultura e Educação.

4.2.6 No âmbito do apoio às vítimas da Toxicodependência

Tal como o GAF, que tem também uma equipa de rua designada de Adições, adotando uma intervenção de proximidade ao indivíduo e tendo como base a filosofia de Redução de Riscos e Minimização de Danos, associado à utilização de substâncias psicoativas (SPA) lícitas e ilícitas, e utilizando uma metodologia de investigação-ação assente numa base de análise teórica contínua das suas práticas/serviços e da relação respostas/indivíduo, também a Casa de Saúde do Bom Jesus, em Braga, desenvolve um conjunto de ações no sentido de apoiar as vítimas das dependências psicótropas. Nascido em Outubro de 1992 para o atendimento de toxicodependentes de ambos os sexos e de todo o país, conta com uma unidade de internamento para a desintoxicação física e tratamento de toxicodependentes com comorbilidade psiquiátrica. Esta Casa trabalha em parceria com todos os CAT's do país (Centros de Atendimento de Toxicodependência), e sugere e realiza Análises Clínicas

(Hemograma; VDRL; Ureia; Creatinina; Glicose; Urina tipo 2; Função Hepática; Marcadores víricos; HIV 1 +HIV2 e Micro ou RX pulmonar com relatório), resolvendo assim muitas situações problemáticas em fase de diagnósticos precoces.

Na Galiza, é de destacar a Cruz Roja de Lugo, onde a partir da Unidade de Drogas Auxiliadas, se oferece uma resposta aos problemas criados pelas dependências para certos tipos de substâncias, nos ambientes individual, familiar e social. As principais atividades do centro são:

- Informações e conselhos.
- Desintoxicação e acompanhamento médico.
- Terapia de desintoxicação: grupo, indivíduo, família e farmacologia.
- Distribuição de metadona.
- Grupo de pais.
- Assistência médica, psicológica e social

4.2.7 No âmbito do apoio às vítimas do Alcoolismo

Instituição de índole privada, e fundada em 1995, a RAN – Clínica de Tratamento, em Vila Real, tem como principal objetivo o tratamento e consequente recuperação, de indivíduos atingidos pela doença da adição, sobretudo na componente de alcoolismo. Localizada num ambiente propício a um tratamento adequado a cada utente, cumprindo critérios de qualidade e profissionalismo, bem como de confidencialidade e anonimato. Utiliza modelos terapêuticos utilizados para o tratamento da Adição e de outras patologias de Saúde Mental, com ênfase em uma rigorosa Anamnese inicial para recolha de informação (clínica, familiar, escolar, profissional e redes sociais). Recorrem ainda à Avaliação Psicométrica com escalas clínicas aferidas para a população portuguesa, com objetivo de medir os índices de Saúde Mental dos utentes.

Na Galiza, é de destacar a *Cruz Roja*, também presente em Ourense, onde existe uma resposta aos problemas criados pelas dependências do álcool, nos ambientes individual, familiar e social. As principais atividades do centro são:

- Informações e conselhos.
- Desintoxicação e acompanhamento médico.
- Terapia de desintoxicação: grupo, indivíduo, família e farmacologia.

- Distribuição de metadona.
- Grupo de país.
- Assistência médica, psicológica e social

4.2.8 No âmbito do apoio à Emigração e à Imigração

No que concerne aos problemas sociais relacionados com a necessidade emigração, é de salientar o esforço dos municípios na criação dos GAE (Gabinete de Apoio à Emigração). É o caso do GAE do município de Ponte de Lima. Tendo como objetivos gerais os de apoiar os emigrantes no regresso e reinserção no país, informar os emigrantes sobre os seus direitos, contribuir para a resolução dos problemas apresentados, cooperar na prevenção de atividades ilícitas referentes à emigração, cooperar na preparação da saída para o estrangeiro de cidadãos do concelho que pretendam emigrar, prestando-lhes a informação e o apoio adequados, fomentar a inter-relação entre o Município e as Comunidades Portuguesas e prestar um serviço eficiente, atencioso e célebre que vá de encontro às necessidades dos emigrantes, é possível resolver no GAE de Ponte de Lima situações tão diversas como:

- Assuntos relacionados com Segurança Social, tais como: Reformas; Complementos de Reforma; Pensão de Viuvez; Pensão de Invalidez; Incapacidade para o trabalho; Prestações Familiares (maternidade, sobrevivência); Subsídios (desemprego, morte); entre outros;
- Nacionalidade;
- Oportunidades de emprego e formação profissional em Portugal;
- Aplicação de poupanças para efeito de investimento;
- Equivalência e reconhecimento de habilitações literárias;
- Aconselhamento jurídico (imposto automóvel, dupla-tributação, registo civil e predial, divórcios, sucessões, revisão de sentenças estrangeiras);
- Apoio na obtenção de documentação (declarações para troca de cartas de condução, passaporte, legalização de viaturas, atualização de cartas de caçador, entre outros);
- Questões da competência do Município (licenças, alvarás, projetos, ação social, entre outros);
- Outros assuntos gerais.

Já na componente de apoio aos imigrantes, e para além dos também existentes GAI (Gabinetes de Apoio ao Imigrantes), é de salientar o SPEAK, presente em Braga, no Porto ou em Amarante. No SPEAK é possível ensinar, aprender e partilhar conhecimentos com nativos de outras línguas. Isso permite a integração de imigrantes em território nacional. O objetivo é a integração social pela aprendizagem e melhoria da comunicação e da linguagem. Sobretudo para os imigrantes, trata-se de uma iniciativa social de grande fôlego, presente já em dez cidades portuguesas.

Na Galiza, a Xunta de Galicia dispõe de uma Secretaria Geral da Emigração, e conta com o programa “Reencontros na Casa”. Esta iniciativa visa oferecer a possibilidade de se aproximar de suas terras e sua família, para residentes galegos em diferentes países da América Latina com menos recursos econômicos. Através deste programa, esses emigrantes têm a oportunidade de redescobrir suas raízes e, ao mesmo tempo, colocá-los em contato com a realidade atual da Galiza, quase sempre nos mesmos lugares onde nasceram. Para alguns deles, de fato, é o primeiro retorno à sua terra de nascimento desde que eles começaram sua jornada pelo Atlântico. O programa estabelece a concessão de subsídios, pelo valor de 60% do custo do ingresso, entre seus países de residência e Santiago de Compostela, exceto no caso da Venezuela e Cuba. Nestes dois países, a ajuda pode aumentar devido à situação econômica e às dificuldades de acesso à moeda estrangeira necessária.

4.2.9 No âmbito do apoio às Vítimas de Xenofobia e de Racismo

Em Portugal, o SOS Racismo, entidade pública com núcleo no Porto, tem atualmente o programa Catapulta E6G, que é um projeto de intervenção social no âmbito da 6ª Geração do Programa Escolhas, implementado no Centro Histórico do Porto. Todavia, e no âmbito do Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, o movimento SOS Racismo desenvolveu e tem em permanente dinamização, o Projeto “Não Engolimos Sapos”.

Este projeto tem como objetivo fundamental dissuadir a colocação de sapos de louça nas montras, como forma de exclusão da comunidade cigana. Independentemente da sua eficácia ser questionável, particularmente junto dos mais jovens, esta prática constitui uma forma de exclusão discriminatória que repudiamos. Assim, este objetivo é trabalhado através de uma pedagogia positiva junto dos proprietários de estabelecimentos comerciais. Este encontro

pretende, através de uma metodologia de educação não formal, capacitar todos os participantes para a intervenção comunitária no sentido da mudança.

E, tal como em Portugal, também existe na Galiza um SOS Racismo Galicia. Esta linha de apoio baseia-se na orientação e assessoria jurídica, na mediação intercultural e na formação para a inclusão.

4.2.10 No âmbito do combate à Pobreza

Um pouco por todo o país, nasceram lojas sociais nas comunidades mais afetadas pelas crises económicas mais recentes. Porém, a Loja Social de Esposende tem uma dinâmica holística e capaz de se operacionalizar segundo eixos estratégicos que visam valorizar as capacidades técnicas e operacionais, consolidando o seu papel no seio da comunidade através da:

- Rentabilização dos recursos disponíveis;
- Promoção da melhoria das condições de vida dos cidadãos socialmente mais vulneráveis;
- Reutilização e partilha de bens por toda a comunidade;
- Qualificação da intervenção social e comunitária;
- Valorização das Parcerias e do Voluntariado;
- Fomento da responsabilidade cívica e comunitária.

Com isto, são inúmeros os casos de apoio e de sucesso no combate à pobreza, tornando por isso a região mais solidária e igualitária.

Na Galiza, existe o EAPN-Galicia (European Anti Poverty Network), que nasceu com o objetivo de ser uma ferramenta útil e eficaz para contribuir para a luta contra a pobreza e a exclusão social. Para realizar isso, as tarefas propostas incluem um trabalho de interação política quando se trata de defender as propostas e preocupações das pessoas que fazem parte das entidades que compõem a Rede da Galiza para a Luta contra a Pobreza. Esta rede acredita firmemente em um terceiro setor democrático e participativo em que a defesa dos direitos das pessoas e sua dignidade é uma das principais lutas.

4.2.11 Outros casos de boas práticas

O EKUI, com sede em Alfandega da Fé, é uma linha de material lúdico e didático para uma comunicação sem barreiras e mais inclusiva. Como tal foi pensado para desenvolver:

- a linguagem e comunicação
- as capacidades psicomotoras
 - o pensamento crítico
- a inteligência social e emocional
- a imaginação e a criatividade

Segundo a mentora do EKUI, Celmira Macedo:

“A ideia do EKUI surgiu-me em 2003 quando eu dava aulas de educação especial a alunos com autismo e limitações cognitivas. Na altura percebi que as crianças identificavam com muito mais facilidade as letras do alfabeto português quando eu lhes associava um gesto da língua gestual portuguesa. Tornou-se claro para mim que faltava um material didático, que permitisse que todas as crianças pudessem aprender e comunicar de forma equitativa, como é direito básico de qualquer cidadão. Tem sido uma caminhada gratificante: hoje milhares de crianças aprendem a ler com a metodologia EKUI e eu acredito que será apenas o princípio de uma grande mudança. A mudança para um mundo mais inclusivo onde a igualdade começa quando exercemos o nosso direito à comunicação e a uma linguagem universal”.

Na mesma senda de material lúdico inclusivo está a ColorADD. Segundo o seu mentor Miguel Neiva, o ColorADD é uma linguagem única, universal, inclusiva e não discriminativa, que permite ao Daltónico identificar cores, com um amplo espectro infinito de uso em empresas / entidades sempre que a cor é um fator de identificação, orientação ou escolha. Situada no Porto, pretende incluir os Daltónicos no universo das cores. Oferecer aos daltónicos independência aquisitiva, uma mais fácil integração social em situações que a opção e escolha da cor é relevante e a minimização do sentimento de perda gerada pela deficiência, com o conseqüente aumento de bem-estar e autoconfiança.

Este projeto apresenta uma solução sustentada, através da implementação de um código universal, que se julga ser de um contributo inquestionável para a inclusão.

CAPÍTULO 5



**Análise do potencial do setor da
Ação Social para a criação de
empresas de economia social**



5 Análise do potencial do setor da Ação Social para a criação de empresas de economia social

5.1 Identificação de (outras) oportunidades de negócio na economia social

5.1.1 Visão da agenda

A visão da agenda setorial da Economia Social assenta, em primeiro lugar, naquilo que também é essencial na lei de bases da economia social portuguesa: instituir medidas e ações de incentivo à sua atividade em função dos princípios e dos fins que lhe são próprios, isto é, “prossequindo o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes” (Namorado, 2014: 7).

Não obstante, tal visão tem como objetivo reforçar ainda: a) o primado das pessoas e dos objetivos sociais; b) A adesão e participação livre e voluntária; c) a conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral; d) e o respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade.

Sintetizando, a visão da agenda da economia social comporta três grandes valores de base: **cooperação, reciprocidade e solidariedade**. A cooperação porque a economia social deve funcionar como tecido conjuntivo das sociedades humanas e das suas organizações; a reciprocidade porque permite uma prática organizada e sistemática de uma ajuda mútua, especialmente vocacionada para a partilha de riscos sociais (como a saúde e a segurança social); e a solidariedade, porque é com este valor que se permite que o apoio seja dado a quem dele realmente necessita, sem contrapartidas ostensivas ou de índole equivalente (Ibid.: 9-10).

5.1.2 Objetivos da agenda

Neste sentido, e de acordo com o exposto anteriormente, fazendo por isso cumprir a sua visão, são objetivos da agenda da economia social os seguintes três pontos gerais:

- Divulgar as oportunidades existentes, para todos os elementos das comunidades envolvidas, no seio da Economia Social, tendo por base a Ação Social no seu conjunto.
- Criar objetivos e linhas de ação social no seio das atividades de economia social, melhorando por isso o seu posicionamento competitivo.
- Estimular o empreendedorismo e a melhoria contínua no seio da ação social, com estratégias que aliem as especificidades da região transfronteiriça (Norte de Portugal – Galiza) com as necessidades de ação social existentes em ambos os contextos.

5.1.3 Objetivos estratégicos e objetivos operacionais

Estes três objetivos gerais geram a necessidade de se criar um conjunto de objetivos operacionais de modo a sustentar e a concretizar a ação. A saber:

Tabela 1. Objetivo Estratégico 1; Objetivo Operacional 1.1

Marco estratégico	Objetivo Estratégico	OE1 - Divulgar as oportunidades existentes, para todos os elementos das comunidades envolvidas, no seio da Economia Social, tendo por base a Ação Social no seu conjunto.
	Objetivo Operacional	OO1.1. Sensibilizar, junto dos quatro grandes agentes sociais (famílias, escolas, empresas e instituições em geral), para a importância da ação social no desenvolvimento das sociedades e no combate às desigualdades sociais.
Descrição da linha de ação		
Justificação da necessidade	Os vários documentos apresentados e analisados nesta Agenda reconhecem a necessidade da participação das entidades da Economia Social na ação social, bem como a potencialidade desta área para a expansão/renovação da Economia Social da Euro-região em questão.	
Descrição	Esta linha de ação compreende iniciativas de sensibilização e de informação junto de potenciais empreendedores mas também dos grandes agentes de socialização (famílias, escolas, associações e empresas) em matéria dos ganhos da sustentabilidade social com a participação das entidades da Economia Social.	
Ações	Ação 1. Programa de divulgação que mostre a potencialidade da colaboração da Economia Social nas diversas necessidades de ação social. Ação 2. Criação de Fóruns e redes de contato entre entidades da ação social e outras entidades com responsabilidade social – nomeadamente junto dos CLAS Municipais (Conselhos Locais de Ação Social).	
Organismos participantes	Municípios do Minho-Lima. Municípios da região da Galiza. Sedes da Cruz Vermelha presentes no Norte de Portugal. Sedes da Cruz Roja na Galiza. Incubadoras da Região do Norte de Portugal.	
Beneficiários do programa	Entidades da Economia Social, Empresas com Responsabilidade Social e outras entidades/associações sociais.	
Indicadores	Número/evolução de empresas, entidades e participantes individuais nas diversas ações.	

Tabela 2. Objetivo Estratégico 1; Objetivo Operacional 1.2.

Marco estratégico	Objetivo Estratégico	OE1 - Divulgar as oportunidades existentes, para todos os elementos das comunidades envolvidas, no seio da Economia Social, tendo por base a Ação Social no seu conjunto.
	Objetivo Operacional	OO1.2. Promover novos modelos de negócio baseado na lógica da ação social.
Descrição da linha de ação		
Justificação da necessidade	Tal como vimos anteriormente, os dados apontam a existência de lacunas, quanto ao número e quanto à qualidade das respostas sociais existentes. As necessidades no terreno não estão a ser cumpridas e o futuro, com as tendências sociodemográficas de declínio, apontam para mais e melhores serviços e modelos de negócio de apoio à ação social.	
Descrição	Este programa promoverá iniciativas que levem ao aparecimento de novas entidades da Economia Social centradas na ação social. Mais propriamente, nos problemas associados às demências, às adições e às doenças degenerativas.	
Ações	<p>Ação 1. Realização de jornadas divulgativas sobre as potencialidades do sector da ação social em Laboratórios de Ideias, Associações sociais e culturais, em municípios, em incubadoras, etc.</p> <p>Ação 2. Criação de guias que esclareçam as etapas formais, jurídicas e operacionais conducentes à criação das entidades da Economia Social intervenientes no Setor da ação social.</p>	
Organismos participantes	Municípios do Minho-Lima. Municípios da Galiza. Sedes da Cruz Vermelha presentes no Norte de Portugal. Sedes da Cruz Roja na Galícia. Incubadoras da Região do Norte de Portugal.	
Beneficiários do programa	Entidades da Economia Social, Empresas com Responsabilidade Social e outras entidades/associações sociais.	
Indicadores	Número/evolução de empresas, entidades e participantes individuais nas diversas ações.	

Tabela 3. Objetivo Estratégico 1; Objetivo Operacional 1.3.

Marco estratégico	Objetivo Estratégico	OE1 - Divulgar as oportunidades existentes, para todos os elementos das comunidades envolvidas, no seio da Economia Social, tendo por base a Ação Social no seu conjunto.
	Objetivo Operacional	OO1.3. Melhorar e facilitar o entendimento do conceito, dos objetivos sociológicos e da operacionalização da ação social no seio da economia social.
Descrição da linha de ação		
Justificação da necessidade	Tal como vimos anteriormente, a ação social é o centro da economia social. Porém, as empresas, associações e instituições da ação social estão a ser geridas muitas vezes com ausência de planos estratégicos e técnicos a médio e longo prazo, com algum amadorismo nos processos de gestão financeira e com falta de transparência junto das comunidades. Importa atuar nestes pontos.	
Descrição	Este programa promoverá iniciativas de formação quer ao nível da gestão financeira como ao nível dos enquadramentos sociológicos junto dos profissionais do setor, dos utentes e seus familiares e das direções, de modo a preparar um futuro mais estratégico e de modo menos avulso naquilo que será a realidade do futuro com o acentuar dos declínios sociodemográficos.	
Ações	Ação 1. Realização de ações de formação em três áreas: ação social; planeamento estratégico da ação social; gestão financeira.	
Organismos participantes	Municípios do Minho-Lima. Municípios da Galiza. Sedes da Cruz Vermelha presentes no Norte de Portugal. Sedes da Cruz Roja na Galícia. Incubadoras da Região do Norte de Portugal.	
Beneficiários do programa	Entidades da Economia Social, Empresas com Responsabilidade Social e outras entidades/associações sociais.	
Indicadores	Número/evolução de empresas, entidades e participantes individuais nas diversas ações.	

Tabela 4. Objetivo Estratégico 2; Objetivo Operacional 2.1.

Marco estratégico	Objetivo Estratégico	OE2 – Criar objetivos e linhas de ação social no seio das atividades de economia social, melhorando o seu posicionamento competitivo.
	Objetivo Operacional	OO2.1. Facilitar o acesso de informação sobre financiamentos junto de fundos de apoio à ação social.
Descrição da linha de ação		
Justificação da necessidade	Tal como vimos anteriormente, as instituições da ação social tem, na sua generalidade, dificuldades de sobrevivência no que concerne às componentes financeiras. Quer na componente de gestão financeira, quer na componente de abertura ou alargamento de uma nova resposta social. Por isso, são decisivos mecanismos de acesso a modos de financiamento nacionais e internacionais nestas entidades.	
Descrição	Este programa promoverá iniciativas de formação ao nível dos vários programas de financiamento bem como ao nível de estratégias de angariação de fundos (como encontrar novos formatos de <i>crowdfunding</i> e de mecenato).	
Ações	Ação 1. Realização de ações de formação em linhas de financiamento nacionais e internacionais.	
Organismos participantes	Empresas de consultoria e projeto do Norte de Portugal e da Galiza. Sessões de esclarecimento nas IPSS do Norte de Portugal e na Galiza. Municípios do Norte de Portugal e da Galiza.	
Beneficiários do programa	Entidades da Economia Social, Empresas com Responsabilidade Social e outras entidades/associações sociais.	
Indicadores	Número/evolução de candidaturas submetidas, número/evolução de empresas de economia social criadas, entidades e participantes individuais nas diversas ações.	

Tabela 5. Objetivo Estratégico 2; Objetivo Operacional 2.2.

Marco estratégico	Objetivo Estratégico	OE2 – Criar objetivos e linhas de ação social no seio das atividades de economia social, melhorando o seu posicionamento competitivo.
	Objetivo Operacional	OO2.2. Garantir competências de análise e ação social junto dos profissionais do setor da economia social.
Descrição da linha de ação		
Justificação da necessidade	O universo da ação social, no que concerne a conhecimentos de ordem sociológica, psicológica, médica, assistencial e comunicacional, entre outras áreas de fronteira, é colossal. A necessidade de formação é uma constante.	
Descrição	Este programa promoverá iniciativas de formação a um nível temático, de modo a cobrir os diversos agentes da ação social. A partilha de boas práticas e o conhecimento de casos e exemplos servirá de mote junto destas oficinas temáticas da ação social.	
Ações	Ação 1. Realização de oficinas temáticas junto dos diversos profissionais do setor da ação social.	
Organismos participantes	Empresas de consultoria e projeto do Norte de Portugal e da Galiza. Sessões de esclarecimento nas IPSS do Norte de Portugal e na Galiza. Municípios do Norte de Portugal e da Galiza.	
Beneficiários do programa	Entidades da Economia Social, Empresas com Responsabilidade Social e outras entidades/associações sociais.	
Indicadores	Número de novas soluções e práticas integradas nas instituições participantes, número/evolução de empresas de economia social criadas, entidades e participantes individuais nas diversas ações.	

Tabela 6. Objetivo Estratégico 2; Objetivo Operacional 2.3.

Marco estratégico	Objetivo Estratégico	OE2 – Criar objetivos e linhas de ação social no seio das atividades de economia social, melhorando o seu posicionamento competitivo.
	Objetivo Operacional	OO2.3. Melhorar a competitividade das empresas de economia social com estratégias de desenvolvimento e aumento das áreas de negócio no seio da ação social.
Descrição da linha de ação		
Justificação da necessidade	No geral, todas as instituições e empresas da ação social sonham com o crescimento e a melhoria dos seus serviços. Tal melhoria e aumento de respostas sociais favorecerá o posicionamento competitivo desses mesmos.	
Descrição	Este programa promoverá iniciativas de organização-ação da informação em caso de haver interesse, por parte dos responsáveis das atuais entidades ou por parte de potenciais empreendedores sociais, no desenvolvimento de projetos-piloto que se possam afirmar no futuro próximo.	
Ações	Ação 1. Realização de oficinas de empreendedorismo social junto dos diversos profissionais do setor da ação social e de potenciais empreendedores	
Organismos participantes	Empresas de consultoria e projeto do Norte de Portugal e da Galiza. Sessões de esclarecimento nas IPSS do Norte de Portugal e na Galiza. Municípios do Norte de Portugal e da Galiza.	
Beneficiários do programa	Entidades da Economia Social, Empresas com Responsabilidade Social e outras entidades/associações sociais.	
Indicadores	Número de novas soluções e práticas integradas nas instituições participantes, número/evolução de empresas de economia social criadas, entidades e participantes individuais nas diversas ações.	

Tabela 7. Objetivo Estratégico 3; Objetivo Operacional 3.1.

Marco estratégico	Objetivo Estratégico	OE3 – Estimular o empreendedorismo e a melhoria contínua no seio da ação social, com estratégias que aliem as especificidades da região transfronteiriça (Norte de Portugal – Galiza) com as necessidades de ação social existentes em ambos os contextos.
	Objetivo Operacional	OO3.1. Programa “Empreendedorismo Social na área protegida transfronteiriça”: Programa de incentivos locais para atração e fixação de novas Respostas Sociais em contexto de área protegida.
Descrição da linha de ação		
Justificação da necessidade	Com a esperança de vida a aumentar significativamente a par do envelhecimento, um dos grandes setores de empregabilidade será o setor da economia social – tendo no centro a ação social. Assim, sensibilizar os municípios e respetivos autarcas a criar estratégias de incentivo à atração e fixação de empresas/entidades com respostas sociais nesta região (enquadrada ainda por cima com o facto de esta ser uma região de área protegida transfronteiriça e por isso propícia a tratamentos de índole natural), faz todo o sentido.	
Descrição	Este programa tem como objetivo estimular os responsáveis políticos locais à criação de incentivos para a atração e fixação de empresas de resposta à ação social.	
Ações	<p>Ação 1. Realização de encontros com autarcas sensibilizando para a elaboração de planos estratégicos de incentivo à atração e fixação de empresas da ação social nas diversas regiões.</p> <p>Ação 2. Realização de sessões de consultoria para a elaboração de planos estratégicos e de comunicação de modo a atrair potenciais ou empreendedores sociais.</p>	
Organismos participantes	Municípios do Norte de Portugal e da Galiza; Xunta de Galicia; CCDRN, etc.	
Beneficiários do programa	Entidades da Economia Social, Empresas com Responsabilidade Social e outras entidades/associações sociais.	
Indicadores	Número de novas soluções e práticas integradas nas instituições participantes, número/evolução de empresas de economia social criadas, entidades e participantes individuais nas diversas ações.	

Tabela 8. Objetivo Estratégico 3; Objetivo Operacional 3.2.

Marco estratégico	Objetivo Estratégico	OE3 – Estimular o empreendedorismo e a melhoria contínua no seio da ação social, com estratégias que aliem as especificidades da região transfronteiriça (Norte de Portugal – Galiza) com as necessidades de ação social existentes em ambos os contextos.
	Objetivo Operacional	OO3.2. Programa “Tele empresas e Teletrabalhadores da Ação Social”: Programa que visa incentivar a atração e a fixação de tele empresas e de teletrabalhadores ligados à tele ação social, proporcionado a criação de pacotes de incentivos para a instalação na região do teletrabalhador da ação social.
Descrição da linha de ação		
Justificação da necessidade	As TIC (neste caso as tecnologias à distância) vieram criar oportunidades em vários setores. A ação social não é exceção. Entender a realidade e partilhar boas práticas bem como incentivar a atração e a abertura de empreendimentos tendo por base a tele ação social, seria uma mais-valia para alargar a cobertura e a eficiência das respostas de ação social em territórios de baixa densidade (como é grande parte do território desta região formada por Norte de Portugal e Galiza).	
Descrição	Este programa tem como objetivo informar, sensibilizar e instalar novos empreendedores sociais que tenham nas ferramentas das TIC soluções de ação social.	
Ações	<p>Ação 1. Realização de encontros com profissionais da tele ação social.</p> <p>Ação 2. Realização de sessões de consultoria para a elaboração de planos estratégicos e de comunicação de modo a atrair potenciais ou empreendedores da ação social tendo por base o formato de teletrabalho.</p>	
Organismos participantes	Municípios do Norte de Portugal e da Galiza; Xunta de Galicia; CCDRN, Redes de empresários, etc.	
Beneficiários do programa	Entidades da Economia Social, Empresas com Responsabilidade Social e outras entidades/associações sociais.	
Indicadores	Número de novas soluções e práticas integradas nas instituições participantes, número/evolução de empresas de economia social criadas, entidades e participantes individuais nas diversas ações.	

Tabela 9. Objetivo Estratégico 3; Objetivo Operacional 3.3.

Marco estratégico	Objetivo Estratégico	OE3 – Estimular o empreendedorismo e a melhoria contínua no seio da ação social, com estratégias que aliem as especificidades da região transfronteiriça (Norte de Portugal – Galiza) com as necessidades de ação social existentes em ambos os contextos.
	Objetivo Operacional	OO3.3. Programa “Rede de Ação Social na área protegida”: Programa de ação social tendo em conta as propriedades naturais da região para a resolução de problemas coletivos e individuais.
Descrição da linha de ação		
Justificação da necessidade	A ação social e o respetivo enquadramento territorial podem e devem criar sinergias. Para os problemas de stress citadino, os japoneses desenvolveram como resposta sócio terapêutica a prática de Shin-rin Yoku (observar a natureza). Em territórios marcados pela forte componente natural, criar sinergias entre o património natural e a resposta social será extremamente benéfico. Exemplos do género poderão ser seguidos, de modo a potenciar a melhoria da qualidade de vida.	
Descrição	Este programa tem como objetivo utilizar e sensibilizar para a utilização das componentes naturais da região uma estrutura de apoio à ação social. A articulação entre a natureza, os conhecimentos técnico-científicos e os diversos problemas coletivos e individuais de exclusão, desintegração e desordem aumentam as possibilidades de novas ofertas de empreendedorismo social.	
Ações	<p>Ação 1. Realização de encontros entre profissionais e boas práticas da ação social tendo por base contextos territoriais com fortes recursos naturais.</p> <p>Ação 2. Realização de sessões de consultoria para a elaboração de planos de ação social tendo por base pressupostos de interligação com recursos naturais de excelência.</p>	
Organismos participantes	Municípios do Norte de Portugal e da Galiza; Xunta de Galicia; CCDRN, Redes de empresários, redes de natureza, etc.	
Beneficiários do programa	Entidades da Economia Social, Empresas com Responsabilidade Social e outras entidades/associações sociais.	
Indicadores	Número de novas soluções e práticas integradas nas instituições participantes, número/evolução de empresas de economia social criadas, entidades e participantes individuais nas diversas ações.	

5.2 Plano de ação para impulsionar, de forma efetiva, a criação de mais empresas e de mais emprego no setor da ação social na Euro-região Galiza-Norte de Portugal

Tal como é possível observar pelos objetivos estratégicos e operacionais anteriormente descritos, podemos dividir este plano de ação em três grandes níveis:

1. O *nível da (in)formação e sensibilização* para melhorar e facilitar, junto dos atores e profissionais da ação social e de potenciais novos empreendedores no setor, a atual dinâmica social;
2. O *nível da consultoria política* para a criação de estratégias locais e pacotes de incentivos e políticas para a atração e fixação de empresas no âmbito da ação social;
3. O nível da *cooperação e da partilha de boas e novas práticas* para o alcance de novas respostas sociais e com isso para o aumento de novos empreendimentos e respostas sociais.

As ações e os estímulos daqui resultantes deverão criar a base, junto dos agentes impulsionadores/empreendedores, para a realização de um plano de ação mais alargado que tenha em consideração todas as necessidades presentes e futuras da região no seio da economia social.

Genericamente, este plano de ação deverá clarificar e tornar facilmente acessível a todos os que pretendem empreender na área social, as vantagens e desvantagens, as oportunidades e as ameaças, as forças e as fraquezas do setor, de modo a simplificar tomadas de decisão e sequências de processos.

Nesse sentido, o plano de ação deverá ter em consideração facilitar os seguintes processos dentro do âmbito do empreendedorismo na ação social. A saber:

1. Definição da Ideia/Conceito da Entidade e Reflexão do Empreendedor junto de grupos primários;
2. Definição da Entidade em termos jurídicos e formais-administrativos;
3. Definição dos Produtos e/ou Serviços que a Entidade vai disponibilizar/proporcionar;
4. Definição do Público-Alvo, do Alcance Social Imediato e Diferido;
5. Definição das Instituições Complementares e Ofertantes no meio;

6. Análise da Entidade no Contexto Envolvente (Análise SWOT e PEST¹);
7. Definição Estratégica da Entidade;
8. Definição das Necessidades Operacionais (Recursos Humanos, Materiais e Financeiros);
9. Prospeção de Oportunidades de Financiamento e de Resposta às Necessidades Operacionais;
10. Reflexão sobre a Viabilidade da Entidade;
11. Constituição Formal e Início Operacional da Entidade/ Desenvolvimento das Atividades.

Estes pressupostos devem alertar para a necessidade da criação de gabinetes de apoio para o empreendedorismo na ação social, capazes de orientar e facilitar nas várias vertentes anteriormente descritas o caminho do potencial empreendedor social.

Uma grelha algorítmica como a seguinte poderá e deverá nortear a ação dos gabinetes de apoio junto dos potenciais empreendedores da ação social de modo a criar uma espécie de guia de estudo de mercado do processo. Vejamos:

Etapa 1.

- Esboço do conceito da Entidade num dossier pessoal
- Discussão informal com amigos, familiares e possíveis *stakeholders*

Etapa 2.

- Definição da melhor forma jurídica para a Entidade
- Recolha de opinião especializada (Consultoria jurídica, Solicitadores, Advogados)

Etapa 3.

- Antecipação dos Produtos e Serviços principais e dos Produtos e Serviços derivados
- Possibilidade de expansão da gama de Produtos e Serviços a disponibilizar pela entidade

Etapa 4.

- Antecipação do Público-Alvo e de outros *stakeholders* participantes/alcançáveis

¹ Incidindo sobre um detalhe superior dos fatores Políticos, Económicos, Sociológicos e Tecnológicos que envolvem a organização em questão.

- Antecipação do Alcance social da dinâmica empreendedora

Etapa 5.

- Criação de base de dados e Organização de contatos das Organizações intervenientes na ação (complementar ou sucedânea) da Entidade

Etapa 6.

- Análise Swot e Pest

Etapa 7.

- Definição de estratégias gerais e particulares

Etapa 8.

- Diagnóstico das Necessidades (e prazos diferenciados) de Recursos Operacionais, nomeadamente mão-de-obra e voluntários, equipamento e imóveis, bem como recursos monetários

Etapa 9.

- Identificação de oportunidades de financiamento e respetivos encargos de modo a responder às necessidades perspetivadas

Etapa 10.

- Cômputo dos Benefícios Líquidos tangíveis e intangíveis, de curto, médio e longo prazo da iniciativa.

Etapa 11.

- Se ‘sim para a criação da entidade’ (como resposta à Etapa 10), então os promotores devem constituir legalmente/formalmente a mesma.

Convém ainda referir que o desenvolvimento da atividade de qualquer Entidade da Economia Social no Setor da ação social necessita de profundos momentos de reflexão interna (Reuniões de Direção, CLAS Municipais, reuniões de Assembleias envolvendo Associados ou Cooperantes, assim como de Reuniões do Conselho Fiscal com Contabilistas e Parceiros Institucionais). Será de incentivar a presença de encontros entre os vários envolvidos e as entidades de suporte técnico/financeiro (como Agências de Desenvolvimento, Entidades Financiadoras, Laboratórios de Empresas/Empreendedorismo, etc.) de modo a renovar os planos de atividade e de auscultação dos sucessos/estrangulamentos observados. Genericamente, aplica-se a sequência de fases

S.I.A.M.E.S.A. para monitorização do desenvolvimento da organização: Sensibilização (do meio envolvente e público-alvo); Implantação (formal, legal e operacional); Avaliação (por etapas e períodos); Melhoria (colocação de objetivos de exigência crescente); Sustentabilização (dos objetivos e agentes envolvidos); e Ampliação (das redes e *stakeholder* atingidos).

CAPÍTULO 6



Considerações Finais



7 Considerações Finais

Quando descrevemos ou agimos em torno da ação social no seu âmbito geral, é inevitável a fuga para o conceito de «fenómeno social total», formulado outrora por Marcel Mauss na década de 1920-30. Diante de um "fenómeno social total", há portanto dois princípios que nos prendem logo de início: qualquer facto, quer ocorra em sociedades arcaicas quer em sociedades modernas, é complexo e pluridimensional. Complexo porque representa um conjunto de tramas, relações e intersecções que atravessam toda a amplitude humana; pluridimensional porque interage com uma multiplicidade de fatores que adensa a própria totalidade social.

No quadro da ação social desta agenda destacamos dez temas específicos. Cada tema constitui uma resposta a um problema social. E cada um desses problemas sociais está imerso em uma multiplicidade de complexidades e de dimensões que, por si só, demonstram toda a potência da ação social e da sua primazia sobre as questões da economia – neste caso dita de social. Resolver cada um dos dez temas que afloramos como temas desta agenda setorial seria resolver, em potência, todos os problemas do humano. Mesmo que, aparentemente, deixássemos de fora componentes como a tecnologia, o ambiente ou a produção primária. A questão é que tudo se desenvolve a partir dos fundamentos da ação social, ou «sociação» quando nos referimos a Simmel (2004). Nada mais existe para lá do nascimento (natalidade/fecundidade) e da conceção de família; nada mais termina como acontece com a terceira idade e o envelhecimento; nada mais se pretende do que, entre o nascimento e a morte, viver com condições físicas, mentais, psicológicas e sociais dignas e proveitosas (daí os temas das demências, da violência doméstica, da toxicodependência, do alcoolismo, da emigração e da imigração, da pobreza, do racismo, da desigualdade e da discriminação). Por isso mesmo, a ação social é a esmagadora rainha da economia social. Dela tudo parte. A ela tudo retorna.

Portanto, inovar na ação social é inovar na vida humana. Discriminar positivamente a inovação na ação social é contribuir para o desenvolvimento humano. Valorizar e criar missões específicas para cada um dos seus vários temas é trabalhar em prol de uma humanidade mais justa e mais coesa. A economia social resiste a todas as crises financeiras

porque se assim não fosse, tal significaria o triunfo da desgraça sobre três dos grandes princípios humanos:

- a) O princípio-esperança, ao estilo de Ernst Bloch, que cunha a ideia de que a ciência providenciará uma sociedade de abundância, sem calamidades ecológicas, pois o processo será governado pela "ressurreição da Natureza", forma não violenta e sem industrialização bruta;
- b) O princípio-desespero, tipo Gunther Anders, que desde a bomba atômica indicia um horizonte escatológico, onde a ciência será vital para a nossa preparação para o pior;
- c) O princípio-responsabilidade, de Hans Jonas, segundo o qual a ciência deverá refletir a responsabilidade pela espécie, nomeadamente devido às nossas tendências para a destruição massiva (Martins, 2011: 80).

Ora, em torno desta articulação entre ação social, ação humana e ação estratégica, mais do que explorar os temas da moda como é o caso da expressão «empreendedorismo social», urge explorar as necessidades que estão por cumprir: dotar o nascimento, a morte e a vida no seu intermédio com o máximo de condições e de possibilidades de crescimento e de contínua melhoria (física, técnica, mental, ideológica e espiritual). A casa-comum da humanidade é a própria humanidade em regime de solidariedade social permanente, onde deve estar presente que a ação de uns afeta sempre outros – e a sua afeção negativa é consequência negativa da própria ação social. E tal não poderá estar sujeita às limitações impostas pelos números. Porque é precisamente de qualidades que falamos quando engendramos um qualquer plano de ação social.

Diante deste cenário, e em uma região com problemas vários nas três partes da pirâmide etária (nascimento, morte e intermédio), atuar em conjunto na Euro-região Norte de Portugal – Galiza mais não é do que tentar fomentar, estimular e atingir objetivos com base no desenvolvimento humano, quer dizer, na sua ação social.

Quando nos referimos à necessidade de «Divulgar as oportunidades existentes, para todos os elementos das comunidades envolvidas, no seio da Economia Social, tendo por base a Ação Social no seu conjunto», à necessidade de «Criar objetivos e linhas de ação social no seio das atividades de economia social, melhorando o seu posicionamento competitivo» e à necessidade de «Estimular o empreendedorismo e a melhoria contínua no seio da ação social, com estratégias que aliem as especificidades da região transfronteiriça (Norte de Portugal –

Galiza) com as necessidades de ação social existentes em ambos os contextos» estamos a propor, desde logo, a implementação de uma estratégica ação social tendo como fim a melhoria das relações e das interações humanas em todas as suas vertentes. Claro está, otimizando, melhorando e tornando cada vez mais eficientes os processos. E isso significa, ou pode significar, um conjunto de linhas orientadoras para a criação de soluções novas que abram portas para a dinamização de:

- Soluções para o aumento e para a dinamização da Natalidade/fecundidade;
- Soluções para o aumento e para a dinamização dos problemas associados ao envelhecimento;
- Soluções para o aumento e para a dinamização dos problemas associados aos vícios e às dependências;
- Soluções para o aumento e para a dinamização dos problemas associados ao às demências e a todo o tipo de problemas de saúde;
- Soluções para o aumento e para a dinamização dos problemas sociais e demográficos como o desemprego, a emigração, o despovoamento, a desertificação e a desadequação social na relação entre oferta, procura e mundo atual;

Ora, fundados por uma matriz de observação tendo por base os princípios da ciência, urge uma matriz de observação-ação agenciada por especialistas da ação social capazes de interligar os vários fenómenos sociais totais a uma estratégia única e concertada: aquela que está vertida, por exemplo, no “*Laudato Si – Sobre o Cuidado da Casa Comum*”, do Papa Francisco (2016). O convite do debate que nos una a todos na maneira como estamos a construir o futuro do planeta e das regiões deve estar estruturado por agências que vigiem e atuem, em regime de proximidade-constante, corrigindo os desvios provocados pelos ataques a dois dos princípios positivos descritos anteriormente: princípio-esperança (PE) e princípio-responsabilidade (PR). É sobre esta base que tudo deverá ser construído.

BIBLIOGRAFIA



9 Bibliografia

- Cabral, João Francisco Pereira (2018), "A definição de ação social de Max Weber"; *Brasil Escola*. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/a-definicao-acao-social-max-weber.htm>, Acesso em 24 de marco de 2018.
- Cases (2009, 2013 e 2014), "Regime das IPSS", disponível em: http://www.cases.pt/wp-content/uploads/Regime_das_IPSS_Alteraes_2014.pdf
- Cattani, A. D.; Laville, J.-L.; Gaiger, L. I.; Hespanha, P. (orgs.) (2009), Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina/CES.
- El Salto Galiza (29/10/2017), "Consumo La Gente", Disponível em: <http://kaosenlared.net/consumo-la-gente/>
- Francisco, P. (2016), *Laudato Si: Sobre o Cuidado da Casa Comum*, Lisboa: Wook.
- Fundação Francisco Manuel dos Santos (2014), *Inquérito à Fecundidade*, Lisboa: FFMS.
- Instituto de Economia Social (2014), "Roadmap para o Empreendedorismo Social no Minho-Lima", disponível em: http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/estrategia_planoglobalacao_altominho2020.pdf
- Jornal Sol (13/02/2017), "Crowdfunding Solidário – Fazer Muito com Pouco". Consultado em: <https://sol.sapo.pt/artigo/548730/crowdfunding-solidario-fazer-muito-com-pouco->
- La Voz de Galicia (2017/03/12), "Galícia Supera 1300 Cooperativas Gracias Bum Economia Social", Disponível em: https://www.lavozdeg Galicia.es/noticia/economia/2017/03/12/galicia-supera-1300-cooperativas-gracias-bum-economia-social/0003_201703G12P31991.htm
- Latour, B. (2006), *Reassembling the Social*, Oxford University Press: London.
- Martins, H. (2011), *Experimentum Humanum: Civilização Tecnológica e Condição Humana*, Lisboa: Relógio D'água.
- Miranda, D. e P. Mourão (2013): "A ineficiência das Respostas Sociais Dirigidas à Terceira Idade"; Atas do III Congresso Internacional de Gerontologia Social; Coimbra Electronic proceedings
- Mourão, P. (2015), *Economia sem Gravata*, Chiado Editores, Lisboa.

- Namorado, R (2014), *Economia Social em Ação*, Coimbra: Edições Almedina.
- Namorado, R. (2004), “A economia social - uma constelação de esperanças”, Oficina do CES, 213.
- Simmel, G. (2004), *Fragmento Sobre o Amor e Outros textos*, Relógio D'Água: Lisboa.
- Vecchiato, T. e G. Vignola (2017). “Innovazione ed economia sociale”. Studi Zancan 3(3):23-30.
- Xunta de Galicia, (2013), “Estratexia de Apoio para as Famílias Numerosas de Galicia 2013-2016, horizonte 2020”. Disponível em: http://politicassocial.xunta.gal/opencms/Benestar/Biblioteca/Documentos/Destacados/estratexiaapoio_ffnn.pdf